

**ATA**

Aos trinta dias do mês de março do ano de dois mil e dezassete, nas instalações do edifício da Casa do Povo de Serzedo, na União de Freguesias de Serzedo e Calvos, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores – Amadeu Artur Matos Portilha, Adelina Paula Mendes Pinto, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Não compareceram os Vereadores Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo e Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro, cujas faltas foram consideradas justificadas. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

Pelas 10:00 horas o Presidente da Câmara anunciou que, antes de se dar início aos trabalhos, atuariam os alunos do Jardim-de-Infância da Escola do Outeiro, que protagonizaram um momento cultural inspirado no projeto educativo “A Horta”. Terminada a atuação, o Presidente da Câmara agradeceu a presença na sessão dos alunos e da educadora, enaltecendo a prestação, e, de seguida, declarou aberta a reunião. -----

Seguidamente, o Presidente da Câmara convidou o **Presidente da Junta da União das Freguesias de Serzedo e Calvos, João Teixeira Ferreira**, a usar da palavra. O Presidente da Junta leu, em voz alta, um texto cujo teor a seguir se transcreve: “ O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Guimarães, Dr. Domingos Bragança, deu início, neste mandato, a um conjunto de reuniões de câmara descentralizadas com o objetivo de levar o poder

autárquico de Santa Clara às freguesias do concelho. Esta proximidade com as pessoas é uma das fortunas que a política nos concede, estar com as pessoas que nos elegem, trabalhar para elas e com elas desenvolver a sua terra e o seu concelho. Por isso, as minhas palavras são de saudação e agradecimento em nome da União de Freguesias de Serzedo e Calvos. Desta forma, quero aqui salientar obra de relevo efetuado neste mandato. A remodelação e beneficiação do posto médico de saúde desta unidade só foi possível manter este serviço em funcionamento com as obras executadas senão tinha os seus dias contados, que seria o encerramento. Agradecemos o apoio da Câmara, e Senhor Presidente Dr. Domingos Bragança, para além desta obra foram executadas outras obras na União de Freguesias, beneficiação de piso em vários arruamentos, colocados equipamentos nos parques de lazer de Serzedo e Calvos e muitas outras. Não posso esquecer a conclusão da obra dos balneários em Calvos. O ano de 2017 terá novos investimentos de melhoria para os cidadãos, também não deixo de salientar que neste mesmo salão está a decorrer um projeto de centro de convívio e lazer para apoio aos idosos. Agradeço a atenção de todos os presentes, e muito obrigado.” ----

Na sequência, o Presidente da Câmara saudou o Presidente da Junta da União de Freguesias de Serzedo e Calvos, **João Teixeira Ferreira**, a quem aproveitou para agradecer toda a colaboração para a realização desta reunião, e restantes elementos do executivo, a Presidente da Assembleia de Freguesia, Elisabete Mendes, os membros da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Serzedo e Calvos, a Presidente da Junta de Freguesias de Infantas, Patricia Lemos, o Presidente da Junta de Freguesias de Azurém, Castro Antunes, o Presidente da Junta de Freguesias de Ponte, Sérgio Castro Rocha, o Presidente da Junta



da União de Freguesias de Souto Santa Maria, Souto S. Salvador e Gondomar, Dionísio Ribeiro, o Presidente da Direção da Casa do Povo de Serzedo, Agostinho Brás Oliveira, a quem agradeceu a disponibilização das instalações para a realização da XIII reunião descentralizada, o Presidente do Conselho de Administração da Vimágua, Dr. Costa e Silva, o Diretor Executivo da Vitrus, Dr. Daniel Pinto, a representante da Associação de Pais e Amigos da Escola Básica de Serzedo, Sónia Félix, os alunos do Jardim-de-infância do Outeiro/Serzedo, a educadora Rosário Amaral e o auxiliar Rui Ferreira, a equipa técnica da Câmara Municipal de Guimarães que acompanha e presta apoio à realização das reuniões descentralizadas, jornalistas presentes, amigos da União de Freguesias de Serzedo e Calvos e vimaranenses. -----

De seguida, o Presidente da Câmara anunciou que iria ser feita uma apresentação pelo Diretor do Departamento de Obras Municipais, Eng.º Joaquim Carvalho, sobre um estudo prévio de conversão da antiga Estalagem de Calvos do século XVIII em Centro de Convívio e de Lazer para Idosos e sobre as condições de circulação e atravessamento na EN 101 na zona da farmácia e da Casa do Povo onde está sedeadada a Unidade de Saúde. -----

Tomando a palavra, o Diretor do Departamento de Obras Municipais informou que o edifício da antiga Estalagem de Calvos será requalificado para Centro de Convívio e de Lazer para Idosos prevendo-se que seja dotado com biblioteca, espaço público, área ajardinada, área pavimentada de apoio ao Centro, instalações sanitárias preparadas para pessoas com mobilidade condicionada, copa e despensa, sala comum, gabinete, secretaria e zona de espera. Continuou, referindo que as condições de circulação e segurança do binómio Unidade de Saúde Familiar – Farmácia serão reforçadas com a colocação de passagem de peões na EN

101 e semaforização, bem como com a requalificação e integração dos percursos pedonais existentes. -----

O Presidente da Câmara acrescentou que a antiga Estalagem de Calvos é propriedade do Município de Guimarães e que será, posteriormente, cedida à União de Freguesias de Serzedo e Calvos mediante a celebração de um contrato de comodato. Referiu, ainda, a existência, junto à Igreja de Serzedo, de um edifício com valor interessante que constituiria uma mais-valia para o centro cívico, informando que foram já encetadas negociações há cerca de três anos tendo em vista a sua aquisição, acrescentando, contudo, existir alguma dificuldade num acordo entre as partes. Disse, também, que as instalações do Centro Desportivo de Calvos foram recentemente recuperadas numa parceria entre a Câmara Municipal, a União de Freguesias e o referido Centro Desportivo com a criação de novos balneários, havendo, contudo, uma parte lateral da infraestrutura que interessa recuperar e reabilitar. Informou, ainda, que estão a ser levadas a cabo negociações tendo em vista a aquisição de terrenos para o Parque de Lazer de Serzedo, junto à linha de água que atravessa a freguesia. Por último, referiu a boa ordenação da União de Freguesias de Serzedo e Calvos.-----

-----**INTERVENÇÕES**-----

1 – Vereador André Coelho Lima – Cumprimentou o Presidente da Junta da União de Freguesias de Serzedo e Calvos, João Teixeira Ferreira, bem como todos os membros do executivo e da Assembleia de Freguesia presentes. Cumprimentou, também, os Presidentes das Juntas de Freguesia de Infantas, Azurém, Ponte e União de Freguesias de Souto Santa Maria, Souto S. Salvador e Gondomar, o Presidente da Direção da Casa do Povo de Serzedo, a educadora Rosário Amaral e os alunos do jardim-de-infância de



Outeiro, a equipa técnica da Câmara Municipal e jornalistas presentes. De seguida, interveio caracterizando o território, destacando uma característica muito específica de uma União de Freguesias que se situa na ponta sudeste do concelho de Guimarães e que se prende com o facto de se situar nas traseiras da Montanha da Penha, fazendo fronteira com a Freguesia de Fareja, no concelho de Fafe, e com as Freguesias de Jugueiros, Pombeiro e Vila Fria, no concelho de Felgueiras. Disse que a União de Freguesias de Serzedo e Calvos tem como elementos marcantes a Estalagem de S. Loureço de Calvos, do ano de 1743, unidade histórica e cultural de relevância que albergava as pessoas que se deslocavam a esta zona. Referiu, também, como elemento marcante, a Ponte do Arco sobre o Rio Vizela que separa os concelhos de Guimarães e Felgueiras. Indicou a Ronda da Lapinha, manifestação cultural e religiosa, como uma tradição popular representativa, não só desta localidade, mas também de todo o concelho de Guimarães, recordando a lenda da Ronda da Lapinha associada à proteção da agricultura e dos agricultores. Considerou importante combater o distanciamento que existe, referindo problemas com o alcance das telecomunicações e com o fornecimento de energia elétrica, bem como a inexistência de passeios que permitam aos cidadãos circular em segurança. Terminou, referindo que o desafio consiste em, com empenhamento político, esbater o distanciamento físico e visual deste território. -----

2 – Vereador José Torcato Ribeiro – Cumprimentou o Presidente da Junta da União das Freguesias de Serzedo e Calvos, bem como todos os autarcas presentes, elogiando a realização de mais uma reunião descentralizada que, do seu ponto de vista, contribui para o objetivo fundamental de aprofundar e conhecer o

território para o qual foi eleito. Em relação ao projeto apresentado pelo Eng.º Joaquim Carvalho, disse fazer todo o sentido que a Câmara Municipal proceda à requalificação da antiga Estalagem de Calvos, perpetuando a memória que aquele espaço teve num determinado momento, embora agora com outra função. Sobre as condições de circulação e segurança de peões na EN 101, sugeriu a construção de um túnel de passagem em vez da colocação de uma passadeira, por considerar ser mais seguro e menos constrangedor para o imenso tráfego que se verifica naquela via. Aproveitou para recordar que o seu partido tem feito pressão no sentido da reversão da organização administrativa das freguesias, que fez com que fosse também criada esta União de Freguesias. Disse que um dos argumentos fundamentais para a reorganização administrativa era a possibilidade de existir um maior investimento e uma maior participação da freguesia no desenvolvimento do território, o que entende não se verificar. Considerou, ainda, que a proximidade às populações perdeu-se com a reorganização administrativa, tendo apelado para a necessidade de serem criadas condições que facilitem a mobilidade, fazendo encurtar distâncias, através de uma rede de transportes eficaz e sustentável. Por último, enalteceu as potencialidades naturais desta União de Freguesias, que devem ser dadas a conhecer. -----

-----**INTERVENÇÕES**-----

1 – Vereador António Monteiro de Castro – Fez uma intervenção sobre o despacho do Presidente da Câmara relativo ao licenciamento da unidade industrial ECOIBÉRIA, RECICLADOS IBÉRICOS, SA, que hoje vem a conhecimento da Câmara, lendo, em voz alta, um documento que a seguir se transcreve: “Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e senhores vereadores. 1. A



propósito do processo Ecoibéria, é bem conhecido o historial dos vários processos de licenciamento para urbanização neste terreno, com diferentes soluções para moradias, todos eles reprovados, com o argumento do impacto que tal decisão acarretaria para local; 2. Assim como se sabe também que tais indeferimentos não deixavam de ter presente a eminência da aprovação do novo PDM que apontava para o referido terreno a classificação como Zona Florestal e Zona Reserva Ecológica Nacional; 3. Acresce ainda que era bem conhecido o tipo de atividade desenvolvida pela imprensa Ecoibéria, assim como conhecidas eram as dificuldades que a mesma empresa tinha no relacionamento com os moradores próximos das anteriores instalações industriais no concelho de Famalicão; 4. Apesar do conhecimento de todos estes pormenores foi com espanto que na altura ouvimos na comunicação social declarações do Sr. Vereador responsável pelo pelouro afirmando: "No final deste processo evolutivo, ponderando sempre um conjunto de interesses que estão em equação na área da gestão urbanística, foi decidido com base numa análise e avaliação técnica que eu considero absolutamente irrepreensível, que havia todas as condições para que o processo fosse licenciado"; 5. Entretanto, no dia 1 de Abril de 2015, a empresa Ecoibéria viu aprovado o projeto de arquitetura das suas instalações industriais no nosso concelho sob o processo nº. 534/14; 6. Sendo, logo a seguir, a 23 de Junho, aprovado o novo PDM classificando o referido terreno como Reserva florestal e Reserva Ecológica Nacional; 7. Face ao licenciamento aprovado e ao impacto do movimento de terras entretanto ocorrido, foi despoletada uma enérgica reação por parte dos moradores do loteamento vizinho; 8. Tendo-se na altura tentado envolver toda a vereação neste processo de licenciamento urbanístico a propósito da nossa

aprovação do processo de incentivos fiscais, coisa bem diferente, a esta mesma empresa; 9. Face a esta situação, tivemos nós ocasião, nesta Câmara Municipal, em pelo menos três intervenções, trazer as profundas preocupações que nos acompanhavam neste processo, não só pelas implicações que o empreendimento teria na vida dos moradores do loteamento contíguo, como pelas implicações que poderia vir a ter para os moradores de todo o núcleo urbano da cidade; 10. Após a chamada a si de todo este processo, suspendeu-o o Sr. Presidente da Câmara até melhor clarificação, nomeadamente no respeitante aos limites do terreno, já que a entrada do empreendimento licenciado era, afinal, feita por um terreno propriedade do município; 11. Agora, e com base em pareceres jurídicos, é proposta a nulidade do ato de aprovação do projeto de arquitetura, assim como sugerido o indeferimento da viabilidade do pedido de aprovação de um novo acesso à Fábrica. 12. Assim, não poderíamos, mais uma vez, deixar de aqui assinalar a nossa posição de repreensão política pela forma inconsistente e atabalhoada como decorreu todo este processo, com graves prejuízos envolvidos ainda por apurar.” -----

2 – Vereador José Torcato Ribeiro – a) - Alertou para a falta de assinaturas no documento relativo ao Relatório e Contas da Turipenha de 2016, que hoje vem a conhecimento da Câmara; **b)** – Interveio, também, sobre o processo da ECOIBÉRIA, dizendo que desde o início considerou que este processo iria ser difícil. Disse lamentar que tivessem sido permitidos os enormes movimentos de terra verificados, com consequências ambientais e paisagísticas. Por outro lado, disse que esta decisão poderá despoletar um processo judicial na medida em que as expectativas da entidade promotora foram agora defraudadas com a nulidade



do licenciamento. Disse, ainda, que independentemente de qualquer indemnização que possa vir a ser paga ao proprietário do loteamento, há consequências políticas que não se pode deixar passar em claro. Por último, disse considerar que estão criadas as condições para esperar alguma ação de quem tomou estas decisões no sentido de que tudo seja clarificado, sem passar em claro as responsabilidades de quem as tomou. -----

3 – Presidente da Câmara – Sobre a ECOIBÉRIA, esclareceu que não houve licenciamento mas antes aprovação de arquitetura e que esta decisão foi tomada com base em pareceres técnicos urbanísticos e jurídicos, num processo claro e transparente. Acrescentou não existir na Câmara Municipal nenhum processo com informação tão detalhada como este. Informou que 80% do movimento de terras verificado no loteamento em causa foi executado ilegalmente. -----

-----**INFORMAÇÕES**-----

1.- De ter sido atribuída à Câmara Municipal de Guimarães a distinção de “Crachá de Ouro” da Liga dos Bombeiros Portugueses, pelos atos relevantes prestados aos bombeiros pelo Município, tendo sido exibida no decorrer da reunião. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

1. Do ofício da Cooperativa Turipenha remetendo, para conhecimento, o Relatório e Contas de 2016, aprovado na Assembleia Geral, realizada no passado dia 2 de março. -----

2. Do ofício da Cooperativa Tempo Livre remetendo, para conhecimento, o Relatório de Atividades e Contas de Gerência de 2016, aprovado na Assembleia Geral de Cooperantes, realizada no passado dia 10 de março. -----

3. Do ofício da Cooperativa Taipas Turitermas remetendo, para

conhecimento, o Relatório e Contas do exercício de 2016, aprovado em Assembleia Geral realizada no passado dia 8 de março. -----

4. Do ofício da Cooperativa A Oficina remetendo, para conhecimento, o Relatório de Atividades e Contas de 2016, aprovado em Assembleia Geral realizada no passado dia 10 de março. -----

5. Do ofício da VITRUS Ambiente EM SA remetendo, para conhecimento, o Relatório e Contas de 2016, aprovado em reunião de Assembleia Geral realizada no passado dia 9 de março. -----

6. Do ofício da CASFIG – Empresa Municipal remetendo, para conhecimento, o Relatório de Gestão e Demonstração Económico-Financeira do Ano de 2016, aprovado pelo Conselho de Gestas em sua reunião extraordinária de 9 de março de 2017 e pela Assembleia Geral em 10 de março de 2017. -----

7. Da seguinte informação dos Serviços da Divisão de Património Municipal: "**ECOVIA/CICLOVIA DE GUIMARÃES – AQUISIÇÃO DE TERRENOS** - Por despachos do Sr. Vereador Dr. Ricardo Costa, com poderes subdelegados conforme despacho do Sr. Presidente da Câmara emitido em 2 de janeiro de 2014, foi decidido adquirir as parcelas de terreno, necessárias à construção da Ecovia/Ciclovía, conforme melhor identificado na tabela infra. --

Data do despacho	Parcela	Área	Proprietário	Preço	Nº proposta de cabimento
13-03-2017	F31 F32	107,15m2	António Pinheiro Pereira	4.269,51€	469
23-03-2017	A40	860,45 m2	Margarida da Silva Cunha Pinheiro	7.227,78€	1817

8. Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 9 de março de 2017, relativo ao licenciamento de unidade industrial ECOIBÉRIA, RECICLADOS IBÉRICOS, S.A., que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. ----



9. Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 3 de março de 2017, que adjudicou a "N.V.E. Engenharias, S.A." a empreitada designada por "**Reparação de danos na cobertura das Piscinas Municipais**", pelo valor de €420.500,00 + IVA, sendo o prazo de execução de 45 dias. -----

10. Da seguinte informação dos Serviços da Divisão de Ação Social: "**ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS** - Apresentação do Relatório Anual 2016 - Em cumprimento do disposto no artigo 28º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos (Regulamento n.º 8/2009, de 8 de Janeiro), apresenta-se para conhecimento da Câmara Municipal o Relatório Anual dos apoios atribuídos a pessoas em situação de vulnerabilidade social e económica, no qual constam as listas dos subsídios atribuídos no ano de 2016 às situações previstas nos seus artigos 2.º e 30.º, designadamente: 1. Apoio em situações de emergência social de carácter pontual; 2. Comparticipação na eliminação de barreiras arquitetónicas e execução de obras de adaptação; 3. Comparticipação na melhoria das condições de habitabilidade dos agregados familiares; 4. Apoios concedidos ao abrigo do artigo 30.º do Regulamento. -----

APOIOS SOCIAIS 2016	Nº	Valor
- Apoio em Situações de Emergência Social – alínea a)	376	€15.912,07
- Apoios à Habitação (eliminação de barreiras arquitetónicas) – alínea d)	4	€15.900,00
- Apoios à Habitação (melhoria das condições de habitabilidade) – alínea e)	2	€6.511,68
- Apoios concedidos ao abrigo do artigo 30.º do Regulamento	8	€14.779,17
Total	390	€53.102,92

Análises comparativas em relação a anos anteriores encontram-se disponíveis nos relatórios anuais da Divisão de Ação Social. "O

relatório anual dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

11. Da seguinte informação dos serviços da Divisão de Ação Social: "Apoio a Instituições de Solidariedade Social - Apresentação do Relatório Anual 2016 - Em conformidade com o previsto nos artigos 8.º e 22º do Regulamento n.º 607/2010, de 15 de julho - Regulamento de Apoio às Instituições de Solidariedade Social, apresenta-se para publicação em edital, o Relatório Anual dos subsídios atribuídos a Instituições no ano de 2016. O relatório anual dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

12. Do Relato Sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

13. Do Relatório e Parecer do Auditor Externo sobre as Contas do Exercício de 2016, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

CÂMARA – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL, REALIZADA EM 16 DE MARÇO DE 2017. DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. -----

OBRAS PÚBLICAS - CONCURSO PÚBLICO PARA CONCESSÃO DA CONCEÇÃO, CONSTRUÇÃO E EXPLORAÇÃO DO CREMATÓRIO - NÃO ADJUDICAÇÃO - Presente, para aprovação, o Relatório Final respeitante ao concurso público identificado em assunto, em anexo, propondo que a não adjudicação, ao abrigo da alínea b) do ponto 1 do artigo 79.º do



Código dos Contratos Públicos. O relatório final dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

OBRAS PÚBLICAS - REPERFILAMENTO DA RUA DE FRANCOS E NOVO ACESSO À UNIVERSIDADE DO MINHO - AZURÉM - APROVAÇÃO DA MINUTA DE CONTRATO

- Presente, para aprovação, a minuta do contrato da empreitada designada por "Reperfilamento da Rua de Francos e Novo Acesso à Universidade do Minho", adjudicada por deliberação de 16 de março de 2017 a "Alexandre Barbosa Borges, SA", pelo preço contratual de €1.149.832,85 + IVA. A minuta do contrato de empreitada dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

FREGUESIAS - FREGUESIA DE MESÃO FRIO – DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS NA RUA ALBERTO FERNANDES

- Presente a seguinte proposta: "A Freguesia de Mesão Frio solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a execução da rede de drenagem de águas pluviais na rua Alberto Fernandes, nomeadamente a cedência dos materiais necessários. Na sequência do solicitado, o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos a executar no local em causa, estimando um investimento no valor de €1.669,13 (Iva incluído) referente à aos materiais. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público de que as obras referidas se revestem para a freguesia, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, o apoio a conceder à Freguesia de Mesão Frio, através das despesas a efetuar pela Divisão de Administração Direta, cujo montante total importa em €1.669,13, correspondente à despesa de aquisição dos materiais, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da

alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ----**

FREGUESIAS - FREGUESIA DE SELHO S. CRISTÓVÃO – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA A REPARAÇÃO DA FACHADA E COBERTURA DO EDIFÍCIO DA SEDE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SELHO S. CRISTÓVÃO –

Presente a seguinte proposta: “A Junta de Freguesia de Selho S. Cristóvão solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a execução de trabalhos de reparação da fachada e da cobertura do edifício da sede da junta de freguesia. Na sequência do solicitado, o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos a executar no local em causa, estimando um investimento total no valor de €7.080,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, de acordo com a quantificação em anexo. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público inerente, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, o apoio à Freguesia de Selho S. Cristóvão, mediante a atribuição de um subsídio no valor de €7.504,80, destinado à execução dos trabalhos acima identificados, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais.”

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

FREGUESIAS - FREGUESIA DE SELHO S. CRISTÓVÃO – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO - AQUISIÇÃO DE UMA ELETROBOMBA SUBMERSÍVEL PARA O FURO ARTESIANO DE ABASTECIMENTO DAS ÁGUAS DAS SENHORAS DO MONTE –



Presente a seguinte proposta: "A Freguesia de Selho S. Cristóvão solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a aquisição de uma eletrobomba submersível para o furo artesiano das águas das Senhoras do Monte, que abastecem os bebedouros daquela área geográfica de apoio à Capela, apresentando para o efeito um orçamento no valor de €1.140,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Nesta sequência, o Departamento de Obras Municipais procedeu à validação do orçamento apresentado. Assim, tendo em conta o interesse público inerente, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, o apoio à Freguesia de Selho S. Cristóvão, mediante a atribuição de um subsídio no valor de €1.343,20, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro." **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE BARCO - ALTERAÇÃO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – ANO DE 2016 – PRIMEIRO ADITAMENTO

– Presente a seguinte proposta: "A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 17 de junho de 2016, deliberou sancionar a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 9 de junho de 2016, que aprovou a celebração de um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências com a Freguesia de Barco, para a construção de um muro na rua do Muro, construção de uma baía de estacionamento e passeio na rua de S. Cláudio, e drenagem das águas pluviais na Travessa da Ponte Nova, bem como a transferência de uma verba até ao limite do valor de €11.866,13, tendo sido outorgado no dia 18 de janeiro de 2017. Na sequência da conclusão das obras

acima identificadas, o Departamento de Obras Municipais procedeu à medição dos trabalhos executados até dezembro de 2016, e elaborou o respetivo auto de medição no valor de €9.422,95, pelo que o Presidente da Junta de Freguesia de Barco solicitou agora a alteração do objeto e do prazo, de forma a incluir no âmbito deste contrato a conclusão da construção de um parque infantil no Parque de Lazer de Barco. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário e do órgão deliberativo a aprovação do primeiro aditamento ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências celebrado no dia 18 de janeiro de 2017, alterando-se a 1ª cláusula: O presente contrato Interadministrativo de Delegação de Competências tem por objeto a delegação de competências na Freguesia para a construção de um muro na rua do Muro, construção de uma baía de estacionamento e passeio na rua de S. Cláudio, drenagem das águas pluviais na Travessa da Ponte Nova e a conclusão da construção de um parque infantil no Parque de Lazer; e ainda a 5ª cláusula, nomeadamente: a realização da obra deverá ser concluída até ao final do ano de 2017, pelo que o contrato terminará em 31 de dezembro de 2017, bem como a transferência do remanescente da correspondente verba para 2017, ou seja, €2.443,18.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR**

SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ----
FREGUESIAS - FREGUESIA DE BARCO - ALTERAÇÃO AO
CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE
COMPETÊNCIAS – ANO DE 2014 – SEGUNDO ADITAMENTO –

Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 9 de junho de 2014, deliberou sancionar a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 29 de maio de 2014, que aprovou a celebração de um Contrato



Interadministrativo de Delegação de Competências com a Freguesia de Barco, para a execução da obra de pavimentação da rua do Muro e rua do Outeiro, bem como a transferência de uma verba até ao limite do valor de €11.866,13. Em 19 de março de 2015 e em 4 de maio de 2015, respetivamente, a Assembleia Municipal de Guimarães e a Câmara Municipal de Guimarães aprovaram a alteração do objeto e do prazo do Contrato celebrado em 29 de outubro de 2014, tendo sido outorgado, no dia 4 de junho de 2015, o primeiro aditamento àquele contrato, alterando o objeto para a execução da obra de "Iluminação do Parque de Lazer". Na sequência da conclusão da Iluminação do Parque de Lazer, o Departamento de Obras Municipais procedeu à medição dos trabalhos executados até dezembro de 2015, e elaborou o respetivo auto de medição no valor de €3.206,00, pelo que o Presidente da Junta de Freguesia de Barco solicitou agora a alteração do objeto e do prazo, de forma a incluir no âmbito deste contrato a construção de um parque infantil no Parque de Lazer de Barco. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário e do órgão deliberativo a aprovação do segundo aditamento ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências acima identificado, alterando-se a 1ª cláusula: O presente contrato Interadministrativo de Delegação de Competências tem por objeto a delegação de competências na Freguesia para a execução da obra de Iluminação e a construção de um parque infantil no Parque de Lazer; e ainda a 5ª cláusula, nomeadamente: a realização da obra deverá ser concluída até ao final do ano de 2017, pelo que o contrato terminará em 31 de dezembro de 2017, bem como a transferência da correspondente verba para 2017, ou seja, €8.660,13." **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ----**

FREGUESIAS – UNIÃO DE FREGUESIAS DE BRITEIROS S. SALVADOR E BRITEIROS SANTA LEOCÁDIA - ALTERAÇÃO AO CONTRATO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – ANO DE 2016 – PRIMEIRO ADITAMENTO

Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 24 de fevereiro de 2017, sancionou a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães de 15 de dezembro de 2016 que aprovou a celebração de um Contrato de Atribuição de Subsídio com a Freguesia de Briteiros S. Salvador e Briteiros Sta. Leocádia, para a construção de muro e requalificação da zona junto ao rio Febras, em Briteiros S. Salvador, bem como a transferência de uma verba até ao limite do valor de €12.900,00. A Presidente da Junta da Freguesia informou não ter sido possível concluir a obra durante o ano de 2016, solicitando a respetiva alteração do prazo do contrato. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário e do órgão deliberativo a aprovação do primeiro aditamento àquele Contrato de Atribuição de Subsídio, alterando-se a 5ª cláusula, nomeadamente: “O presente contrato tem início na data da sua assinatura e termina em 31 de dezembro de 2017”, bem como a transferência da correspondente verba para o ano de 2017.”

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ----

FREGUESIAS - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BRITEIROS S. SALVADOR E BRITEIROS SANTA LEOCÁDIA - ALTERAÇÃO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO COMPETÊNCIAS – ANO DE 2015 – SEGUNDO ADITAMENTO

Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 22 de junho de 2015, sancionou a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 28 de maio de 2015, que aprovou a celebração de um



Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências com a Freguesia de Briteiros S. Salvador e Briteiros Santa Leocádia, para a execução da obra designada "Reabilitação da zona envolvente à Igreja de Briteiros Sta. Leocádia e Pavimentação da rua da Calçada e da Travessa de Ventuzela", bem como a transferência de uma verba até ao limite do valor de €26.555,50. Na sequência da conclusão da Pavimentação da rua da Calçada e da Travessa de Ventuzela, o Departamento de Obras Municipais procedeu à medição dos trabalhos executados até dezembro de 2016, tendo elaborado o respetivo auto de medição no valor de €13.949,87. A Presidente da Junta da Freguesia informou agora não ter sido possível concluir a reabilitação da zona envolvente à Igreja de Briteiros Sta. Leocádia durante o ano de 2016, solicitando a alteração do prazo do respetivo Contrato. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário e do órgão deliberativo a aprovação do segundo aditamento àquele Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, celebrado em 28 de julho de 2015, alterando-se a 7ª cláusula, nomeadamente: "O presente contrato tem início na data da sua assinatura e termina em 31 de dezembro de 2017", bem como a transferência da remanescente verba para 2017, ou seja, €12.605,63."

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

FREGUESIAS - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BRITEIROS S. SALVADOR E BRITEIROS SANTA LEOCÁDIA - ALTERAÇÃO AO CONTRATO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – ANO DE 2014 – TERCEIRO ADITAMENTO –

Presente a seguinte proposta: "A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 9 de junho de 2014, deliberou sancionar a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 29 de

maio de 2014, que aprovou a celebração de um Contrato de Atribuição de Subsídio com a Freguesia de Briteiros S. Salvador e Briteiros Sta. Leocádia, para a execução de obras no edifício da sede da junta de freguesia, bem como a transferência de uma verba até ao limite do valor de €13.555,50. Na sequência da conclusão das obras acima identificadas, o Departamento de Obras Municipais procedeu à medição dos trabalhos executados até dezembro de 2016, tendo elaborado o respetivo auto de medição no valor de €5.994,42, pelo que a Presidente da Junta de Freguesia solicitou agora a alteração do objeto e do prazo, de forma a incluir no âmbito deste contrato a aquisição de mobiliário para a zona de lazer junto ao Rio Febras. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário e do órgão deliberativo a aprovação do terceiro aditamento ao Contrato de Atribuição de Subsídio celebrado no dia 5 de setembro de 2014, alterando-se a 1ª cláusula: O presente Contrato de Atribuição de Subsídio tem por objeto a delegação de competências na Freguesia para a execução de obras no edifício da sede da junta de freguesia e a aquisição de mobiliário para a zona de lazer junto ao Rio Febras; e ainda a 5ª cláusula, nomeadamente: a realização da obra deverá ser concluída até ao final do ano de 2017, pelo que o contrato terminará em 31 de dezembro de 2017, bem como a transferência da remanescente verba para 2017, ou seja, €7.561,08.”

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

FREGUESIAS - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BRITEIROS S. SALVADOR E BRITEIROS SANTA LEOCÁDIA - ALTERAÇÃO AO CONTRATO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – ANO DE 2009 – SEGUNDO ADITAMENTO – Presente a seguinte proposta: “A Câmara Municipal de Guimarães, em sua reunião



realizada no dia 23 de abril de 2009, deliberou aprovar a celebração de um Protocolo de Atribuição de Subsídio com a Freguesia de Briteiros Sta. Leocádia, para a elaboração do projeto e reabilitação da sede da junta de freguesia, bem como a transferência de uma verba até ao limite do valor de €13.028,89, sendo que em 20 de janeiro de 2010, na sequência da conclusão do projeto referente à reabilitação do edifício da sede da junta de freguesia de Briteiros Sta. Leocádia, o Departamento de Obras Municipais elaborou em 20 de janeiro de 2010, o respetivo auto de medição no valor de €4.971,11. A Presidente da Junta de Freguesia de Briteiros S. Salvador e Briteiros Sta. Leocádia solicitou agora a alteração do objeto e do prazo do contrato acima identificado, de forma a incluir no âmbito deste contrato a execução de obras de beneficiação do Centro Cívico, junto à Igreja de Santa Leocádia. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário e do órgão deliberativo a aprovação do segundo aditamento àquele Contrato de Atribuição de Subsídio, alterando-se a 1ª cláusula, nomeadamente: O presente Contrato tem por objeto elaboração do projeto e reabilitação da sede da junta de freguesia e a execução de obras de beneficiação do Centro Cívico, junto à Igreja de Santa Leocádia; e ainda a 5ª cláusula, nomeadamente: "O presente contrato tem início na data da sua assinatura e termina em 31 de dezembro de 2017", bem como a transferência da remanescente verba para 2017, ou seja, €8.057,78." **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETTER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ----**

PROTOCOLOS - PROTOCOLO COM A ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO NORTE: PROJETO AUTOESTIMA - DESPESA ASSOCIADA À FORMAÇÃO DOS TÉCNICOS DO PROJETO EM 2017 – Presente a seguinte informação: "Em

reunião de Câmara de 22 de Abril de 1999 foi deliberada a celebração de um protocolo com a Administração Regional de Saúde do Norte para assegurar o alargamento das atividades desenvolvidas pelo Projeto "Autoestima" que preconiza o apoio jurídico e de aconselhamento a pessoas do concelho de Guimarães que, pela sua prática de vida, necessitam de informação no âmbito das doenças sexualmente transmissíveis, em particular do VIH/SIDA. A 4 de agosto de 1999 foi celebrado o referido Protocolo de Acordo de Cooperação que, em conformidade com a sua Cláusula V, compromete a Câmara Municipal de Guimarães, para além de prestar atendimento jurídico a mulheres em acompanhamento, a compartilhar nos custos com a formação dos técnicos envolvidos nas atividades desenvolvidas pelo projeto. A comparticipação do Município cifrou-se, ao tempo, em 250.000\$00 (€1.246,99) anuais, mantendo-se até esta data o mesmo montante (cfr. nº 2, da cláusula V do Protocolo). O Projeto funciona, quer através da unidade móvel que circula na área geográfica do concelho de Guimarães e limítrofes, quer através da consulta multidisciplinar realizada semanalmente, desenvolvendo também inúmeras ações informativas e de sensibilização. Os resultados relativos ao ano de 2016 podem ser consultados no relatório em anexo, sendo dignos de destaque os seguintes: 389 consultas médicas, 1.111 consultas de enfermagem, 395 consultas de psicologia, 1.219 atendimentos Sociais. Neste contexto, e percebida a pertinência da intervenção levada a cabo pelo projeto "Autoestima", propõe-se a transferência do valor de €1.246,99 (mil duzentos e quarenta e seis euros e noventa e nove cêntimos), referente ao ano de 2017, para a Administração Regional de Saúde do Norte." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----



PROTOSCOLOS - PROTOSCOLO CELEBRADO COM O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO – LIGAÇÃO DE SÃO MARTINHO DO CAMPO (SANTO TIRSO) AO EDIFÍCIO DE PASSAGEIROS DO INTERFACE DE LORDELO (GUIMARÃES) – MINUTA DA ADENDA AO PROTOSCOLO – Presente a seguinte proposta: “O

Município de Santo Tirso solicitou, a esta autarquia, a revisão do “PROTOSCOLO PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE RECONSTRUÇÃO DA PONTE ROMANA DE NEGRELOS E EXECUÇÃO DE UMA PONTE NOVA SOBRE O RIO VIZELA”, celebrado entre os dois municípios em 31 de maio de 2005. Através deste protocolo as duas autarquias estabeleceram, entre si, as formas de cooperação para a execução de duas obras: a obra de reconstrução a Ponte Romana sobre o Rio Vizela, ligando as freguesias de S. Martinho do Campo, do concelho de Santo Tirso, e Lordelo, do concelho de Guimarães, e a construção de uma ponte nova, também sobre o Rio Vizela, e arruamentos de acesso, a ligar as mesmas freguesias. O que o Município de Santo Tirso pretende, agora, é alterar este Protocolo, no sentido de inverter as responsabilidades pela execução da obra relativa à ponte nova, que nunca chegou a ser executada. Considerando que esta obra continua a ser urgente e prioritária para o Município de Santo Tirso, vem propor uma revisão do Protocolo tomando a seu cargo a execução das tarefas da cláusula 3.ª, de modo a garantir a execução daquela ligação a curto prazo, e eventualmente formular uma candidatura a fundos comunitários. Com vista a dar seguimento a esta solicitação, as duas autarquias chegaram a um acordo quanto à redação final da minuta da adenda a celebrar, conforme documento que se anexa como **doc. 1**, que se submete à aprovação do executivo municipal, para posterior assinatura.” A minuta da adenda dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de

atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa e José Torcato Ribeiro. Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima e António Monteiro de Castro, que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Através deste ponto, tomamos conhecimento da existência de um protocolo, celebrado entre as Municípios de Guimarães e Santo Tirso, para *"Execução da obra de reconstrução da Ponte Romana de Negrelos e execução de uma ponte nova sobre o rio Vizela"*. Tomamos ainda conhecimento que esse protocolo data de 31.05.2005, tem já doze anos portanto. Sendo que, até ao dia hoje, não foi cumprido, não foi executado, não era sequer conhecido. Ambos os municípios se alhearam completamente daquilo que mutua mente contrataram. O que, no mínimo, revela uma inconsequência incompreensível, pois que se parte de princípio que as iniciativas políticas se devem seguir as ações tendentes a sua execução. Por outro lado, da documentação que nos é presente é-nos apresentada uma alteração ao artigo 3º do referido protocolo. Sem que a documentação seja acompanhada da versão integral do protocolo nem tampouco da versão ora revogada do artigo 3.º. Nada. Temos apenas a pretendida nova versão do artigo 3.º, sem enquadramento temporal ao nível da sucessão das leis no tempo e sem enquadramento sequer no restante clausulado do protocolo. Terceiro e mais importante: a substância do que nos é proposto. Ainda que com as aludidas dificuldades, analisando o teor do novel artigo 3.º, verificamos que, nele, a Município de Guimarães é parte absolutamente desinteressada da sua concretização. O Município de Santo Tirso e no que respeita a execução da ponte nova: a) Contrata a elaboração do projeto; b) Promove a abertura do concurso



público; c) Adjudica a obra de execução; d) Paga a projeto de execução e arruamentos; e) Paga a obra de construção e arruamentos. Enquanto que o Município de Guimarães se compromete a: a) Aprovar a caderno de encargos; b) Reembolsar a Município de Santo Tirso em metade de tudo aquilo que aquele tenha despendido. Ou seja, Trata-se de uma travessia entre uma vila do concelho de Guimarães - Lordelo - e uma freguesia do concelho de Santo Tirso, mas tudo se trata como se a necessidade da nova ponte fosse sentida apenas do lado de Santo Tirso. Trata-se de uma ponte romana - a Ponte de Negrelos - com uma enorme importância histórica e simbólica para a nossa região. São muitas as famílias de Lordelo e Moreira de Cónegos que ainda hoje contam histórias da heroica defesa que centenas de homens e mulheres, sobretudo camponeses, fizeram nos dias 25 e 26 de março de 1809 em defesa da Ponte Romana de Negrelos com a objetivo de travar a progressão de tropas francesas comandadas, noite na qual se perderam muitas vidas. Ora, a esta importância histórica que tocou de perto muitas famílias vimaranenses a Camara de Guimarães responde com indiferença, ou atribuindo-lhe pouca importância. Numa breve consulta as paginas da internet rapidamente se percebe que Santo Tirso chama a si as evocações e celebrações desta data. Percebe-se mas não se compreende. Familiais tirsenses como familiais vimaranenses foram delapidadas de muitos dos seus entes queridos. Santo Tirso e Guimarães envolveram-se num dos episódios heroicos de gente imprevista a procurar parar a imparável armada napoleónica. Trata-se de um momento de inequívoca importância histórica e simbólica que Guimarães não faz, também seu. O que lamentamos profundamente. Assim, ainda que desconhecendo, pelas aludidas razões, o teor do restante protocolo, percebemos porem que dele

Guimarães se alheia totalmente, disponibilizando apenas a pagar contas mediante fatura. Não é essa a postura em que nos revemos. Não é essa a postura que deve ter uma terra com os pergaminhos históricos fundacionais como a nossa. O episódio da Ponte de Negrelos e um episódio tirsense e também vimaranense. Por essa razão, por não estar vertido neste documento a posição e a postura que Guimarães deveria assumir perante uma circunstância que deveria ser do seu interesse, os vereadores PSD-CDS optam pela abstenção.” -----

**PROTOCOLOS – ACORDO DE COLABORAÇÃO
INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S.A.** – Presente, para

ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 16 de março de 2017, que aprovou a minuta do Acordo de Colaboração entretanto celebrado com a Infraestruturas de Portugal, S.A., que se dão aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO RATIFICAR POR MAIORIA.**

Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa e José Torcato Ribeiro. Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima e António Monteiro de Castro, que apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “*O Programa de Valorização de Áreas Empresarias lançado pelo Governo determinou a melhoria da rede rodoviária que serve áreas empresarias, enquanto polos de desenvolvimento económico relevantes*”, diz-se na proposta cuja ratificação nos é solicitada. Este Programa de Valorização assumiu o pagamento da construção da chamada “via do Avepark”. 18 Milhões de euros. Até aqui, o pagamento ia ser mediante fundos comunitários. Até aqui, Guimarães tinha conseguido os fundos “*lastmile*”, muito devido à persistência do Ministro Miguel Poiares Maduro e Secretário de Estado Castro Almeida. Até aqui, sendo a



via financiada por dinheiros europeus, tinha que ser obrigatoriamente uma via dedicada, isto é, expressamente direcionada e dirigida para o parque empresarial que visa ligar. Até aqui era impossível intervir na EN 101 por ser estrada nacional, logo, propriedade das Infraestruturas de Portugal (IP). Mas agora, sem se perceber porque, tudo mudou. Porque subitamente o Governo vem assumir suportar algo cujo pagamento se havia conseguido pela via do orçamento da União Europeia. Porque subitamente algo que tinha exigências muito rigorosas no que respeita a vias dedicadas deixou de o ter. E esse é o ponto. Agora, a decisão é doméstica. A decisão que vier a ser tomada é entre Governo e Câmara Municipal. Sem amarras nem limitações. A decisão é, por isso, política. Ora, como dizemos desde a primeira hora, consideramos chocante que Guimarães seja candidata a Capital Verde e projete uma via que rasga largos hectares de terrenos de produção agrícola, reserva agrícola nacional e reserva ecológica nacional. Consideramos chocante que se procure privilegiar o Avepark e os seus acessos, sem cuidar de perseguir outros objetivos. Consideramos chocante, e gritante, que sejam gastos €18 milhões e tudo continue praticamente igual para quem ali vive. Como, convém dizer, consideramos que não é politicamente sério anunciar-se esta intervenção com toda esta pompa e circunstância em 2017 quando, segundo as palavras do Presidente de Câmara, "vamos tentar iniciar a obra em 2019" ... Por todas estas razões mas, essencialmente, pela circunstância de sermos, desde início, completamente contra a construção da denominada "via do Avepark", muito particularmente no traçado incompreensível e quase lunático proposto pela Câmara de Guimarães, os vereadores PSD-CDS votam **contra** esta proposta de ratificação." -----

REGULAMENTOS - REGULAMENTO MUNICIPAL - INÍCIO DE PROCEDIMENTO PARA ALTERAÇÃO DE REGULAMENTOS MUNICIPAIS

– Presente a seguinte informação: “Os serviços municipais da Divisão de Trânsito e Espaço Público pretendem dar início ao procedimento tendente à alteração dos seguintes Regulamentos Municipais: - o Regulamento de Ocupação do espaço Público e Publicidade, no Município de Guimarães; - O Regulamento de Funcionamento e Exploração da Estação Central de Camionagem de Guimarães - e o Regulamento de Cedência e Utilização das Viaturas de Transporte Coletivo. Para esse efeito, e nos termos dos art.ºs 97.º a 101.º (quanto ao procedimentos de elaboração), e art.ºs 139.º a 144.º (quanto à eficácia dos regulamentos) do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, deve ser submetida uma proposta a reunião de Câmara, para que esta delibere a abertura do procedimento tendente à alteração daqueles Regulamentos e posterior aprovação pelos órgãos do Município. A publicitação da iniciativa procedimental será efetuada no sítio institucional do Município, sendo que os interessados deverão constituir-se como tal, no procedimento, no prazo 10 dias úteis, a contar da data da publicitação de aviso no “*site*” deste Município, com vista a apresentar os seus contributos para a elaboração das alterações do mencionado Regulamento. A apresentação do contributo para a alteração dos Regulamentos deve ser formalizada por escrito em requerimento dirigido ao Presidente da Câmara.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - PROPOSTA PARA ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES EM



REFEITÓRIOS ESCOLARES – TRIÉNIO 2018/2020 – CONCURSO PÚBLICO N.º 6/17 – Presente a seguinte informação: “Submete-se, para aprovação superior, a abertura do procedimento identificado em epígrafe, bem como o programa de procedimento, o caderno de encargos e respetivos anexos, nos seguintes termos: 1. Objeto: Aquisição de serviços: Fornecimento de refeições em refeitórios escolares – Triénio 2018/2020; 2. Período de vigência: 3 anos; 3. Preço base: 8.144.610,96€ + IVA (23%); 4. Classificação económica: 020105; 5. Plano: 2.1.2.56 A; 6. Procedimento: Propõe-se a adoção do concurso público, previsto na alínea b), n.º 1, artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos. 7. Entidade adjudicante: Município de Guimarães; 8. Órgão com competência para a decisão de contratar: Câmara Municipal; 9. Júri: Efetivos: Presidente – Anabela Moreira Lima, Diretora do Departamento Financeiro; Vogais: - Elsa Cordeiro de Almeida, Chefe da Divisão Jurídica; - Clara Maria Soares, Técnica Superior; Suplentes: Presidente - Elsa Cordeiro de Almeida, Chefe da Divisão Jurídica; Vogais: - Helena Pinto, Chefe da Divisão de Educação; - Sónia Gonçalves, Chefe da Divisão de Contratação Pública e Gestão de Financiamentos; - Marisa Neto, Chefe da Divisão de Contabilidade e Tesouraria; - Laura Mina Amaro Paço Quesado, Técnica Superior; - Carla Castro, Técnica Superior; - Susana Pereira, Técnica Superior. Propõe-se que os esclarecimentos sejam delegados no Júri do concurso. 10. Repartição de encargos - Considerando que o contrato implica despesas plurianuais, submete-se à consideração superior que a Câmara Municipal delibere aprovar, para ulterior aprovação pela Assembleia Municipal, a correspondente repartição de encargos, de acordo com o disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e artigo 23.º do Regulamento de Execução

Orçamental 2017, nos seguintes termos: - Ano 2018: €2.714.870,32 + IVA; - Ano 2019: €2.714.870,32 + IVA; - Ano 2020: €2.714.870,32 + IVA; À consideração superior.” O caderno de encargos e o programa de concurso dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PATRIMÓNIO - DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO DE DUAS PARCELAS DE TERRENO SITUADAS NO PARQUE INDUSTRIAL DE PONTE - 1ª FASE

– Presente a seguinte proposta: “A Sociedade José Júlio Jordão, Lda., com sede no Parque Industrial de Ponte – 1ª Fase, apresentou nesta Câmara Municipal um pedido de informação prévia para a legalização de um pavilhão que erigiu em terreno do domínio público municipal, que corre na Divisão de Urbanismo sob o proc.º nº 913/16. Simultaneamente, manifestou interesse na aquisição da parcela de terreno com a área de 772,00m2, ocupada pela construção, bem como numa outra, que lhe fica adjacente, com a área de 1.042,000m2, para edificação de uma nova unidade industrial. Tendo sido emitido parecer favorável pela Divisão de Urbanismo em 16 de dezembro de 2016, foi solicitada a avaliação das referidas parcelas de terreno a perito da lista oficial, conforme despachos do Sr. Vereador Dr. Ricardo Costa, datados de 7 e 23 de dezembro último. De acordo com os respetivos relatórios de avaliação, à parcela de terreno com a área de 772,00m2, foi atribuído o valor de €40,24/m2, correspondendo-lhe o valor total de €31.065,28 e a parcela com a área de 1.042,00m2 foi avaliada pelo mesmo preço por m2, sendo assim o seu valor total de €41.930,08. Os terrenos em causa são do domínio público municipal, destinados a zonas verdes, nos termos do protocolo celebrado em 30 de novembro de 1988, entre a comissão



liquidatária da Empresa Pública de Parques Industriais e a Câmara Municipal de Guimarães, publicado no Diário da República – II Série, Nº 78, de 4 de abril de 1989. Não existindo Alvará de Loteamento relativamente à 1ª Fase do Parque Industrial de Ponte, a eventual venda das indicadas parcelas poderá ser efetuada após a sua desafetação do domínio público, a aprovar pela Assembleia Municipal nos termos do previsto na alínea q), nº 1 do artigo 25º da Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. Uma vez que a parcela com a área de 772,00m² já se encontra ocupada com um pavilhão desde, pelo menos, 2002, conforme se verifica pela cartografia desse ano, é viável a sua alienação por ajuste direto à requerente, ao abrigo do disposto na alínea h), nº 2 do artigo 81º do Regime Jurídico do Património Imobiliário Público, aprovado pelo Decreto-Lei nº 280/2007, de 7 de agosto, na sua redação atual, pelo preço de €31.065,28, a que acresce o valor de €300,00 referente a custos administrativos do processo, nomeadamente o registo da parcela na Conservatória do Registo Predial e a publicação do Edital de desafetação do domínio público. A alienação da segunda parcela deverá efetuar-se mediante hasta pública, nos termos do nº 1 do artigo 25º do mesmo diploma legal, cabendo ao adjudicatário suportar igualmente as despesas administrativas do processo no valor de €300,00. Notificada a pronunciar-se se mantinha o seu interesse no procedimento, face aos valores resultantes da avaliação e nas condições acima expostas, veio a requerente em 14 de março corrente responder afirmativamente, solicitando, no entanto, a redução da área de 1.042,00m² para 852,00m², porquanto a parcela sobrança com 190,00m², não permite qualquer utilização e, como tal, não se reveste de interesse para a viabilização do plano de investimentos da empresa. Analisada esta pretensão, a Divisão de Urbanismo

informou não haver objeção urbanística à não aquisição da parcela sobrance de 190,00m², devendo as construções a legalizar e a executar adequar-se ao plano diretor Municipal, nomeadamente no que respeita aos índices de ocupação e impermeabilização e aqueles relativos aos lugares de estacionamento automóvel (ligeiro e pesado, privado e público). Assim, e tendo em conta o valor de €40,24/m² atribuído na avaliação efetuada por perito da lista oficial, o preço base de venda em hasta pública da parcela de terreno com a área de 852,00m², será de €34.284,48, acrescido de €300,00 referente a despesas administrativas a suportar pelo adjudicatário. Assim, em caso de aceitação superior, e nos termos do previsto na alínea ccc), nº 1 do artigo 33º, conjugado com a alínea q), nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 72/2013, de 12 de setembro, deverá a Câmara apresentar proposta à Assembleia Municipal no sentido de aprovação da desafetação do domínio público das parcelas de terreno a seguir identificadas: Parcela de terreno com a área de 772,00m² situada no lugar do Parque Industrial, da freguesia de Ponte, a confrontar do norte com arruamento, do sul com terreno do domínio público, do nascente com prédio de José Júlio Jordão, Lda. e do poente com terreno do domínio público; Parcela de terreno com a área de 852,00m², situada no lugar do Parque Industrial, da freguesia de Ponte, a confrontar do norte com arruamento, do sul e nascente e do poente com terrenos do domínio público. À consideração superior.”

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

PATRIMÓNIO – ARRENDAMENTO DE PARTE DO IMÓVEL DA COOPERATIVA AGRÍCOLA DE GUIMARÃES – Presente a seguinte proposta: “Nos termos da informação prestada pelo Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente, torna-se



necessária a deslocalização do Mercado de Venda por Grosso de Guimarães, atualmente a funcionar junto ao Canil, na freguesia de Aldão, fundamentada pelas diversas reclamações dos comerciantes alegando que o espaço é muito afastado do centro da cidade e bastante frio e húmido. Assim, ponderou-se a transferência daquele Mercado para as instalações da Cooperativa Agrícola de Guimarães que ficaram vagas em virtude da mudança das oficinas e armazém geral da Câmara Municipal para Polvoreira. Nos termos do relatório de avaliação elaborado por perito externo, o valor da renda a pagar pelo arrendamento de parte do prédio pertencente à Cooperativa Agrícola de Guimarães é de **€2.400,00/mensais**. Enviada a proposta para análise da Cooperativa, esta concordou com o pagamento mensal da renda no valor de €2.400,00. Nos termos da minuta do contrato de arrendamento, cuja cópia se anexa, o local a arrendar destinar-se-á à instalação do mercado de venda por grosso e/ou outros serviços de interesse municipal, por um período de **20 anos**, renovável por períodos sucessivos de um ano, se não for denunciado por nenhuma das partes, sendo as obras de adaptação da responsabilidade da autarquia. Assim, submete-se o assunto à decisão superior, sendo que em caso de concordância com o acima exposto deverá o mesmo ser submetido à Câmara para apresentação de proposta de aprovação ao órgão deliberativo, atendendo que nos termos da alínea c), n.º 1, do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal. A presente despesa está cabimentada sob a proposta de cabimento n.º 1943/2017." A minuta do contrato de arrendamento dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO**

POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

DOAÇÕES – DOAÇÃO DE LIVROS À SOCIEDADE MUSICAL DE PEVIDÉM

– Presente a seguinte proposta: “Como é do conhecimento superior, recentemente procedeu-se a obras de requalificação das instalações do Polo da Biblioteca Municipal Raul Brandão, em Pevidém. Quando se procedia à reorganização do espólio documental da biblioteca, houve necessidade de abater alguns livros por diversas razões: mau estado de conservação, inutilizados pelos leitores, e alguns por existirem em duplicado ou em triplicado. Assim, considerando que os livros constantes na listagem anexa são todos de música ou sobre compositores e, por isso, de grande utilidade para a consulta de alunos da escola de música da Sociedade Musical de Pevidém, submete-se para aprovação do executivo camarário a doação/oferta destes mesmos livros à referida instituição.” A referida listagem dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

DOAÇÕES - DOAÇÃO DE EQUIPAMENTO À BANDA MUSICAL DAS CALDAS DAS TAIPAS

– Presente a seguinte proposta: “A Banda Musical das Caldas das Taipas vem solicitar a cedência de diverso equipamento para fazer face às necessidades sentidas a nível de mobiliário quer no seu edifício, quer na academia de música, dotando assim as suas instalações de melhores condições de trabalho. De acordo com informação da Divisão de Educação existe disponibilidade na cedência de um armário escolar em madeira. Por outro lado, há no armazém afeto à Divisão de Património Municipal diverso mobiliário que poderá ser dispensado por já não se adequar às necessidades dos serviços municipais. Deste modo coloca-se à consideração superior a doação, àquela



instituição do equipamento melhor identificado na tabela abaixo, devendo em caso de aceitação, o assunto ser submetido à aprovação do órgão executivo, nos termos do disposto na alínea o), nº 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. Ao equipamento foi atribuído o valor total de **€265,00**, conforme a seguir se demonstra. -----

Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1 Armário escolar em madeira	€35,00	€ 35,00
1 Secretária estrutura metálica cor cinza com 1bloco de gavetas	€ 40,00	€40,00
4 Cadeiras rodadas revestidas a napa de cor preta	€15,00	€60,00
1 Bengaleiro estrutura metálica com base em mármore	€30,00	€30,00
Mesa redonda em madeira	€100,00	€100,00
Total		€ 265,00

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

RECURSOS HUMANOS - REPOSIÇÃO DE PRESTAÇÕES FAMILIARES - PEDIDO DE RELEVAÇÃO – Presente a seguinte

proposta: “Maria de Fátima Silva Ferreira, assistente técnica em funções no Agrupamento de Escolas das Taipas, foi notificada, por ofício datado de 28/10/2016, do despacho que determinou a obrigação de reposição dos montantes recebidos, entre março e agosto de 2016, a título de abono pré-natal, no montante de €600,10, bem como de majoração por monoparentalidade, no montante de €210,03, num total de €810,13. Por requerimento apresentado em 17/11/2016, a interessada vem solicitar a relevação da obrigação de reposição de quantias indevidamente recebidas. Em face da exposição da requerente, foi solicitado um estudo socioeconómico do agregado, tendo a Divisão de Ação Social desta autarquia concluído que se trata de uma situação enquadrável na al. c) do art. 8.º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos. De acordo com o Regime da Administração Financeira do Estado, aprovado

pelo Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho, é permitido, em casos excepcionais e devidamente justificados, determinar a relevação, total ou parcial, das quantias indevidamente recebidas, desde que, no momento em que receberam as quantias em causa, os interessados não tivessem conhecimento de que esse recebimento era indevido (art. 38.º), sendo a competência para determinar a relevação da câmara municipal. Considerando o montante global a repor, os argumentos expostos pela requerente e respetiva análise, bem como o relatório de avaliação socioeconómica citado, **propõe-se que a Câmara Municipal autorize a relevação total da reposição do montante de €810,13**, ao abrigo do referido artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

ATIVIDADES ECONÓMICAS - APROVAÇÃO DE CANDIDATURA PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO A CELEBRAR – Presente a seguinte proposta: “O Regulamento de Projetos de Interesse Municipal que define os critérios a adotar pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal no que concerne à classificação de Projetos de Interesse Municipal para o concelho de Guimarães - “PEIM” - com o objetivo de conceder isenções totais ou parciais de tributos municipais, ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa (poder regulamentar), e da alínea d), do artigo 15.º e n.ºs 2 e 3 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, conjugado com as alíneas g) do n.º 1, e k), do n.º 2, do artigo 25.º e alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi aprovado pela Assembleia Municipal de Guimarães, por deliberação de 30/12/2013, sob proposta da



Câmara de 12/12/2013. Nos termos do art.º 5.º deste Regulamento, o Município de Guimarães procede à avaliação da candidatura apresentada a PEIM, através da informação constante no requerimento e restantes elementos obrigatórios do formulário de candidatura, preenchido para o efeito. A candidatura a PEIM consubstancia a análise do projeto de investimento, com vista à concessão de benefícios fiscais e/ou de taxas municipais e o executivo camarário decide o resultado da avaliação da candidatura, à concessão dos benefícios solicitados com base no art.º 7.º do regulamento, após parecer dos competentes serviços municipais, parecer deverá expressar a percentagem dos benefícios a conceder. A empresa **ABÍLIO SALGADO MENDES, LDA** apresentou a sua candidatura, que foi analisada pelos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, tendo concluído que a mesma enquadra-se nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de **32%**, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. Desta análise resulta ainda que, ao abrigo do n.º 1 do art.º 9.º do Regulamento, os projetos PEIM aprovados beneficiam ainda de uma redução de 50% das taxas devidas pela emissão de título administrativo relacionado com a aprovação das operações urbanísticas de edificações e respetiva utilização. Este Regulamento prevê, no n.º 5 do art.º 5.º, no n.º 2 do art.º 9.º e no art.º 10.º que os benefícios fiscais e a redução das taxas municipais são concedidos pelo órgão executivo municipal no estrito cumprimento dos critérios definidos naquele Regulamento e mediante a outorga de contrato de concessão de benefícios tributários municipais. Propõe-se assim, a aprovação da candidatura a PEIM apresentada pela empresa **ABÍLIO SALGADO**

MENDES, LDA nos termos da informação dos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, conforme documentos em anexo (**doc. 1**), bem como a aprovação da minuta do contrato de concessão de benefícios tributários municipais, que igualmente se junta em anexo como **doc. 2**.” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

ATIVIDADES ECONÓMICAS - PEDIDO DE RENEGOCIAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS, CELEBRADO A 1 DE JUNHO DE 2015 COM FRANCISCO VAZ DA COSTA MARQUES, FILHOS & C^a SA

– Presente a seguinte proposta: “A empresa **Francisco Vaz da Costa Marques, Filhos & C^a SA**, representada por Francisco José Pereira da Costa Marques e Amélia Maria Pereira da Costa Marques, na qualidade de administradores, vem, no âmbito da candidatura aprovada por deliberação de Câmara 28/05/2015 e subsequente aprovação do Projeto Económico de Interesse Municipal, cujo contrato foi celebrado em 08/06/2015, requerer a prorrogação do prazo para implementação do projeto de 1 para 4 anos e alterar o valor de investimento do projeto de 3.400.000€ para 3.000.000€. Nos termos do art.º 14.º do Regulamento de Projetos Económicos de Interesse Municipal (RPEIM), é possível a renegociação dos contratos de concessão de benefícios tributários municipais. Ao abrigo do art.º 7º daquele RPEIM os serviços municipais procederam à avaliação do pedido, considerando os novos pressupostos apresentados e concluíram que se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de **62%**, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. O RPEIM prevê, no n.º 5 do art.º 5.º, no n.º 2 do



art.º 9.º e no art.º 10.º que os benefícios fiscais e a redução das taxas municipais são concedidos pelo órgão executivo municipal no estrito cumprimento dos critérios definidos naquele Regulamento e mediante a outorga de contrato de concessão de benefícios tributários municipais. Propõe-se, assim, em conformidade com o disposto no nº 5, do art.º 10º do RPEIM, que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal a renegociação do contrato PEIM apresentado pela empresa **FRANCISCO VAZ DA COSTA MARQUES, FILHOS & CA S.A.**, nos termos da informação dos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, conforme documentos em anexo (**doc. 1**), bem como a aprovação da minuta da adenda ao contrato de concessão de benefícios tributários municipais, que igualmente se junta em anexo (**doc. 2**).” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

ATIVIDADES ECONÓMICAS - PEDIDO DE RENEGOCIAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS CELEBRADO EM 15 DE OUTUBRO DE 2014 COM A INDÚSTRIA DE MALHAS NATÁLIA RIBEIRO, LDA – Presente a seguinte proposta: “A Indústria Malhas Natália Ribeiro, Lda., representada por Natália Manuela Ferreira Ribeiro, requereu, no âmbito da candidatura aprovada por deliberação de Câmara 27/11/2014 cujo contrato foi celebrado em 09/12/2014, a prorrogação do prazo para implementação do respetivo projeto de 1 para 2 anos e a redução do investimento previsto de €450.000 para €330.000. Nos termos do art.º 14.º do Regulamento de Projetos Económicos de

Interesse Municipal (RPEIM), é possível a renegociação dos contratos de concessão de benefícios tributários municipais. Ao abrigo do art.º 7º do RPEIM, os serviços municipais procederam à avaliação do pedido, considerando os novos pressupostos apresentados e concluíram que se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de **36%**, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. O RPEIM prevê, no n.º 5 do art.º 5.º, no n.º 2 do art.º 9.º e no art.º 10.º que os benefícios fiscais e a redução das taxas municipais são concedidos pelo órgão executivo municipal no estrito cumprimento dos critérios definidos naquele Regulamento e mediante a outorga de contrato de concessão de benefícios tributários municipais. Propõe-se, assim, em conformidade com o disposto no nº 5, do art.º 10º do RPEIM, que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal a renegociação do contrato PEIM apresentado pela empresa **INDÚSTRIA MALHAS NATÁLIA RIBEIRO, LDA**, nos termos da informação dos serviços da Divisão de Desenvolvimento Económico, em anexo (**doc. 1**), bem como a aprovação da minuta da adenda ao contrato de concessão de benefícios tributários municipais, que igualmente se junta em anexo (**doc. 2**).” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

TURISMO – CONCURSO PÚBLICO PARA A ATRIBUIÇÃO DE CIRCUITO TURÍSTICO NA CIDADE DE GUIMARÃES –

Presente a seguinte proposta: “Na prossecução dos objetivos do Município em matéria de promoção turística local, que passam necessariamente pelo desenvolvimento do potencial da cidade e



pelo bom acolhimento aos turistas, tem-se procurado desenvolver novos mecanismos e competências que permitam oferecer uma resposta mais adequada e assertiva aos desafios resultantes de uma procura cada vez mais diferenciada, exigindo ofertas igualmente diferenciadas. O turismo de Guimarães é um sector em crescimento, que contribui para o desenvolvimento e sustentabilidade económica do Concelho. Permite criar e gerar experiências e promover o bem-estar tanto dos visitantes como dos seus habitantes. Nesse sentido, para além do enfoque na valorização do Património Material e Imaterial, bem como na produção cultural e artística, é importante mantermos o enfoque na promoção e valorização de serviços que fidelizem e atraiam os turistas ao nosso Concelho. Com este propósito, e em função dos resultados conhecidos nos últimos anos, justifica-se dar continuidade à exploração de circuitos turísticos, pelo que, e em conformidade com o Regulamento aprovado para a atribuição destes circuitos turísticos na cidade, proponho a aprovação pela Câmara Municipal da abertura de procedimento de concurso público, destinado à atribuição de uma licença de exploração de circuito turístico, em veículo de tração animal, em regime de exclusividade, pelo período de dois anos, nos termos do procedimento em anexo.” O programa de concurso dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

EDUCAÇÃO - DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES NO CONSELHO GERAL NOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS SANTOS SIMÕES E VIRGÍNIA MOURA – Presente a seguinte

proposta: “Os Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escolas de Santos Simões e de Virgínia Moura encontram-se em fase de reconstituição para o exercício de um novo mandato de 4 anos,

estando já a ser desencadeados os procedimentos internos inerentes à constituição daqueles órgãos. Neste sentido, e de modo a dar cumprimento ao estipulado no número 2, do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 julho, o agrupamento de escolas acima referido vem solicitar a designação dos representantes do Município para o respetivo Conselho Geral. Assim, nos termos no n.º 4, do artigo 14.º, e do n.º 1, do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, proponho, que seja designada em representação do Município nos: *Agrupamento de Escolas Santos Simões* - Dra. Adelina Paula Pinto, Vereadora da Educação; Dra. Helena Pinto, Chefe da Divisão de Educação. Proponho ainda que a votação dos representantes do Município para aquele Conselho Geral seja feita em conjunto.” **DELIBERADO POR ESCRUTÍNIO SECRETO E MAIORIA APROVAR, COM SEIS VOTOS A FAVOR E TRÊS VOTOS EM BRANCO.** -----

EDUCAÇÃO - ASSOCIAÇÃO DE PAIS DA ESCOLA BÁSICA DE PEVIDÉM N.º 1 (BARREIRO – SELHO S. JORGE) - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO PARA DESENVOLVIMENTO DA COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA DOS ALUNOS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO (CAF) – Presente a seguinte informação: “A Associação de Pais da Escola Básica de Pevidém n.º 1 (Barreiro – Selho S. Jorge) vem solicitar à autarquia apoio financeiro para assegurar a dinamização semanal de um projeto na área das expressões, denominado “Arte – Terapia na Escola” destinado aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico que frequentam a componente de apoio á família (CAF) naquele estabelecimento de ensino. O Projeto foi apresentado ao Conselho Pedagógico do Agrupamento de Escolas



de Pevidém para análise tendo, pelo seu carácter inovador e transversal a todas as áreas curriculares, merecido da parte daquele órgão uma apreciação muito favorável. Considerando que: a autarquia tem vindo a apoiar financeiramente algumas Juntas de Freguesia e Associações de Pais e Encarregados de Educação no desenvolvimento e dinamização das atividades da componente de apoio à família do alunos do 1.º ciclo de ensino básico; a dinamização destas atividades carece de recursos humanos e técnicos habilitados para o efeito de modo a garantir que a ocupação dos tempos de permanência dos alunos na escola sejam pedagogicamente ricos e complementares das aprendizagens, propõe-se nos termos da alínea u) do nº 1 do artigo 33º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro a atribuição de uma verba no valor de €3.600,00 à Associação de Pais da Escola Básica de Pevidém n.º 1 destinada a comparticipar nas despesas com implementação deste projeto no âmbito atividades de apoio à família dos alunos do 1.º ciclo daquele estabelecimento de ensino. De modo a permitir a submissão do assunto para deliberação em reunião de Câmara, solicita-se ainda que seja emitido despacho de autorização de cabimento e compromisso. Mais informamos que a despesa tem cabimento na rubrica 2.1.2.59.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

AÇÃO SOCIAL - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – Presente a seguinte informação:

“Comparticipação nas despesas respeitantes a ramais de água e saneamento e respetivas tarifas de ligação. A presente proposta destina-se a apoiar munícipes em situação de carência socioeconómica nas despesas referentes a ramais de água e saneamento e respetivas tarifas de ligação. Após análise do processo de candidatura a este apoio, e subsequente estudo

socioeconómico efetuado pelos nossos serviços, apresentam-se de seguida os dados da sua caracterização socioeconómica, bem como os valores respetivos das comparticipações a atribuir: -----

Processo	Freguesia	Idade	Sexo	Rend. (€) P/Capita	Nº Elem. Agregado	Situação p/ emprego	Valor total da fatura (€)	Comparti cipação	Valor a Apoiar (€)
127870822 /12	Guardizela	47	M	€114,49	4	Ativo	€764,51	100%	€764,51
Processo	Freguesia	Idade	Sexo	Rend. (€) P/Capita	Nº Elem. Agregado	Situação p/ emprego	Valor total da fatura (€)	Comparti cipação	Valor a Apoiar (€)
154800813 /15	Airão S. João	58	M	€288,69	3	Ativo	€1.079,4 5	11,2%	€112,00
Processo	Freguesia	Idade	Sexo	Rend. (€) P/Capita	Nº Elem. Agregado	Situação p/ emprego	Valor total da fatura (€)	Comparti cipação	Valor a Apoiar (€)
199402507 /16	Gominhães	38	F	€145,76	3	Ativa	€413,37	100%	€413,37
Processo	Freguesia	Idade	Sexo	Rend. (€) P/Capita	Nº Elem. Agregado	Situação p/ emprego	Valor total da fatura (€)	Comparti cipação	Valor a Apoiar (€)
219547904 /17	Silvares	39	F	€126,70	3	Ativo	€738,24	100%	€738,24

Comprovada a precariedade económica dos agregados familiares, bem como as restantes condições previstas no Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos, que se enquadram no consignado no artigo 33.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, submete-se, para aprovação, a atribuição de um subsídio, aos requerentes, no valor total de €2.028,12 (dois mil e vinte e oito euros e doze cêntimos) ao abrigo da alínea c) do art.º 2.º do referido Regulamento.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

AÇÃO SOCIAL - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – Presente a seguinte informação:

“Comparticipação nas despesas respeitantes a ramal de saneamento e respetiva tarifa de ligação. A presente proposta destina-se a apoiar uma munícipe em situação de carência socioeconómica nas despesas referentes a um ramal de saneamento e respetiva tarifa de ligação. Após análise do processo de candidatura a este apoio, e subsequente estudo socioeconómico efetuado pelos nossos serviços, apresentam-se de



seguida os dados da sua caracterização socioeconómica, bem como o valor respetivo da comparticipação a atribuir: -----

Processo	Freguesia	Idade	Sexo	Rend. (€) P/Capita	Nº Elem. Agregado	Situação p/ emprego	Valor total da fatura (€)	Comparti- cipação	Valor a Apoiar (€)
152287680/12	Barco	79	F	Negativo	1	Pensionista	€728,48	100%	€728,48

Comprovada a precariedade económica desta munícipe, bem como as restantes condições previstas no Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos, que se enquadram no consignado no artigo 33.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, submete-se, para aprovação, a atribuição de um subsídio, à requerente, no valor total de €728,48 (setecentos e vinte e oito euros e quarenta e oito cêntimos) ao abrigo da alínea c) do art.º 2.º do referido Regulamento. Refira-se que a requerente está institucionalizada, no Lar de Donim, não possui conta bancária, não pode assinar qualquer documento em virtude de se encontrar com a Doença de Alzheimer num estágio avançado, evidenciando perda significativa de mobilidade, e perda total da visão e da fala. Não tem descendentes. Face ao exposto, propõe-se que este subsídio seja atribuído diretamente pelo município à Vimágua.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA - ANIVERSÁRIO DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE GUIMARÃES – MISSA CAMPAL – APOIOS – Presente a seguinte proposta: “Integrado no programa das Comemorações do 140.º Aniversário, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Guimarães vai realizar uma Missa Campal, no Largo do Toural, no próximo dia 19 de março, domingo, às 10h30, para o que solicitam os seguintes apoios: - Autorização de utilização do espaço; - Condicionamentos de trânsito; - Apoio logístico e técnico: cedência, montagem e desmontagem de palco; cadeiras, sistema de som e vasos, implicando a realização de

trabalho extraordinário nos dias 18 e 19 de março. Atendendo à relevância pública das comemorações e, particularmente, da iniciativa em apreço, proponho que a Câmara Municipal ratifique a prestação destes apoios, que entretanto autorizei.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA - ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE GUIMARÃES – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA UTILIZAÇÃO DO GRANDE AUDITÓRIO DO CENTRO CULTURAL VILA FLOR – Presente a seguinte proposta: “Numa

parceria com o Rotary Clube de Guimarães, a Associação de Paralisia Cerebral de Guimarães solicita a atribuição de um subsídio que lhe permita custear na íntegra a utilização do Grande Auditório do Centro Cultural Vila Flor no próximo dia 25 de março do evento “Afetos – Gala Solidária”, uma iniciativa em que todos os intervenientes aceitaram participar de forma graciosa e cuja receita reverte na íntegra para o Banco Alimentar do Rotary Clube de Guimarães e para a Associação de Paralisia Cerebral de Guimarães. Assim, atendendo ao interesse público de que se reveste a realização da iniciativa em apreço, bem como ao seu carácter solidário, proponho a atribuição, à Associação de Paralisia Cerebral de Guimarães, de um subsídio de €2.306,25, correspondente à taxa de utilização do Grande Auditório do Centro Cultural Vila Flor, nos termos do artº 69º da Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais em vigor.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA - I FESTIVAL INTERNACIONAL DE COROS DE GUIMARÃES - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – Presente a seguinte proposta: “Organizar em Guimarães um festival de música coral de âmbito internacional foi o propósito que levou o Grupo Coral de Ponte a propor uma organização conjunta à



Câmara Municipal de Guimarães e à Freguesia de Ponte, considerando as exigências técnicas, logísticas e financeiras de um evento que aquele Grupo Coral pretende tenha a sua primeira edição em 2018 e se venha a fixar e notabilizar no calendário mundial de festivais da mesma natureza. Junta-se em anexo a respetiva memória descritiva, de que ressalta a existência de secções competitivas e não competitivas, bem como o objetivo de que o Festival decorra em edifícios patrimoniais e em todo o território concelhio. Assim, atendendo ao interesse público de que se reveste a realização da iniciativa em apreço, por propor a realização de um evento internacional no âmbito da música coral, em total consonância com a estratégia do Município para a difusão artística e para a afirmação do território como um referencial europeu na área da cultura, proponho: - que a Câmara Municipal aceite constituir-se como coorganizadora do evento, em conjunto com o seu promotor – o Grupo Coral de Ponte – e a Freguesia de Ponte; - a atribuição, ao Grupo Coral de Ponte, de um subsídio de €9.000,00, destinado a compartilhar nos custos de programação e pré-produção da primeira edição do Festival Internacional de Coros de Guimarães, a decorrer em 2018.” **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

CULTURA - SINDICATO DOS PROFESSORES DO NORTE – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA UTILIZAÇÃO DO AUDITÓRIO DA FRATERNA – Presente a seguinte proposta:

“Propõe-se o Sindicato dos Professores do Norte levar a cabo um seminário formativo designado “Política Educativa, Pedagogia Emancipatória e Democracia”, a decorrer em Guimarães nos dias 13, 20 e 26 de maio próximo, para o que solicitam a atribuição de um subsídio que lhes permita fazer à face aos custos de utilização do Auditório da Fraterna e a disponibilidade de um sonoplasta que

assegure a operação dos equipamentos necessários ao bom decorrer da iniciativa. Assim, atendendo ao interesse público de que se reveste a realização da iniciativa em apreço, por propor uma reflexão sobre temas relevantes na área da educação, proponho a atribuição, ao Sindicato dos Professores do Norte, de um subsídio de €618,96, correspondente à taxa de utilização do Auditório da Fraterna, nos termos da Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais em vigor. Mais proponho que a Câmara Municipal assuma o pagamento do trabalho extraordinário decorrente do serviço a prestar por sonoplasta dos quadros do Município, cujo custo se estima em €69,36.” **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

DESPORTO – ASSOCIAÇÃO DE CICLISMO DO MINHO - CENTRO MUNICIPAL DE BTT – Presente a seguinte proposta:

“Na sequência da apresentação pública do Centro Municipal de BTT feita pela ACM - Associação de Ciclismo do Minho, na reunião descentralizada da Câmara Municipal realizada em Souto Santa Maria, em 15 de dezembro de 2016, estão agora reunidas as condições técnicas e de contexto para avançar com a obra, em virtude do projeto ter ficado concluído na semana passada. Conforme está previsto no nosso Plano e Orçamento, e tendo em conta o conhecimento especializado que a ACM tem do respetivo dossier, estima-se que o custo da intervenção, ao nível da execução das infraestruturas físicas da pista, sinalética, auditorias de homologação, conceção gráfica e produção de conteúdos e equipamento de lavagem e manutenção de bicicletas seja na ordem dos 30.000 euros, pelo que nesse sentido, ao abrigo do nº 6 do artº 2º e do art. 6º do Regulamento de atribuição de apoios às associações desportivas de Guimarães, proponho que seja atribuído à ACM, um subsídio extraordinário nesse valor para a



criação do Centro Municipal de BTT no Parque de Lazer de Souto S. Maria.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DESPORTO - GTEAM - GUIMARÃES FOOTBALL CLUBE –

APOIO EXTRAORDINÁRIO – Presente a seguinte proposta: “O GTEAM - Guimarães Football Club, jovem coletividade vimaranense que aposta exclusivamente no futsal feminino, conquistou recentemente o direito a participar na Taça Nacional de juniores, prova que determina o apuramento do campeão nacional. Este feito constitui um importante marco histórico para um clube tão jovem, mas implica um conjunto de responsabilidades financeiras decorrentes da necessidade de efetuar deslocações a Lisboa e ao Algarve, para jogar respetivamente com as equipas do Sporting CP e do Castro Marim. O GTEAM não dispõe de recursos financeiros próprios para assumir esta responsabilidade, tendo solicitado o indispensável apoio municipal para concretizar a prestigiante presença nesta fase final da competição, que implica custos significativos com viagens, refeições e alojamento. Assim sendo, nos termos dos nºs 3 e 6 do art.º 2º e o art.º 6º, ambos do Regulamento de Atribuição de Apoios às Associações Desportivas de Guimarães é submetido ao executivo camarário para deliberação a proposta de atribuição de um subsídio extraordinário no valor de €2.000,00 (dois mil euros) ao GTEAM - Guimarães Football Club, para apoio à participação da sua equipa júnior feminina na Taça Nacional do respetivo escalão.” **DELIBERADO APROVAR POR**

UNANIMIDADE. -----

DESPORTO - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TREINADORES DE

FUTEBOL - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO – Presente a seguinte proposta: “A ANTF - Associação Nacional de Treinadores de Futebol vai realizar em Guimarães, no Centro Cultural Vila Flor, nos dias 29 e 30 de maio, o **I Simpósio Legal Europeu “We Support Coaches”**, que reunirá representantes dos departamentos jurídicos de mais de 50 países pertencentes às associações de treinadores europeus. Constituindo um momento ímpar de reflexão e debate sobre as questões jurídicas mais relevantes do futebol europeu, com a presença dos mais altos representantes das federações e associações de treinadores da Europa, este evento terá um forte impacto mediático, pelo que, nos termos dos nºs 3 e 6 do art.º 2º e o art.º 6º, ambos do Regulamento de Atribuição de Apoios às Associações Desportivas de Guimarães é submetido ao executivo camarário para deliberação, a atribuição de um subsídio extraordinário de €1.500,00 (mil e quinhentos euros) à Associação Nacional de Treinadores de Futebol para apoio à organização deste evento.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

DIVERSOS - CONSTITUIÇÃO DE FUNDO DE MANEIO - REPARAÇÃO DE ACIDENTES DE TRABALHO – Presente a seguinte proposta: “A Câmara Municipal de Guimarães vem assumindo diretamente a reparação dos danos resultantes dos acidentes de trabalho ocorridos com os trabalhadores da autarquia, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei 503/99, de 20 de novembro. Esta reparação assume, quer o assegurar das remunerações durante o período de ausência ao serviço, quer o pagamento ou reembolso de todas as despesas resultantes do acidente, nomeadamente de natureza médica, de enfermagem, hospitalar, medicamentosa e quaisquer outras, incluindo tratamentos de fisioterapia, que sejam necessárias e adequadas



ao diagnóstico ou ao restabelecimento do estado de saúde físico ou mental e da capacidade de trabalho ou de ganho do sinistrado e à sua recuperação para a vida ativa. Quando os tratamentos são assegurados diretamente pelos estabelecimentos do Serviço Nacional de Saúde (SNS), a Câmara Municipal efetua o pagamento àqueles estabelecimentos, com exceção das taxas moderadoras, que têm de ser pagas pelo utente no momento da admissão ao serviço e que são objeto de reembolso posterior ao trabalhador. São também pagos por reembolso os exames complementares ou tratamentos de fisioterapia que, prescritos pelos respetivos médicos assistentes, não sejam assegurados diretamente pelo SNS, o mesmo sucedendo com as despesas de farmácia. Apesar de a Câmara Municipal de Guimarães assegurar sempre o reembolso, no mais breve prazo possível, de todas as despesas necessárias à reparação do acidente, nesses específicos casos o trabalhador sinistrado tem de assumir o pagamento imediato junto do prestador ou fornecedor. Tendo em vista resolver essas situações, concluiu-se ser adequado a constituição de um fundo de maneiio, uma vez que permite adiantar aos trabalhadores sinistrados os montantes necessários ao pagamento das despesas hospitalares, exames médicos, tratamentos de fisioterapia ou medicamentos. Assim, nos termos do Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro (Considerações Técnicas 2.9.10.1.11) e do nº 4 do art. 12º do Regulamento Interno da Contabilidade e, ainda, do art.º 2º do Regulamento de Controlo Interno dos Fundos de Maneio, submete-se a autorização da Câmara Municipal a constituição de um fundo de maneiio para acorrer, com oportunidade, ao adiantamento aos trabalhadores do montante relativo ao pagamento de despesas para reparação de acidentes de trabalho, durante o ano de 2017, nos seguintes

termos: Titular: Maria Luísa Machado Vilaça, Técnica Superior da Divisão de Recursos Humanos – €1.000,00 (mil euros) para despesas com reparação de acidentes de trabalho – rubrica 12/01.03.06. Substituto: Para substituir o titular nas suas faltas e impedimentos, propõe-se a designação de Maria Inês de Figueiredo Dias de Sousa Ribeiro, Chefe da Divisão de Recursos Humanos. Este fundo de maneo será reconstituído mensalmente, contra entrega dos documentos comprovativos da despesa, e a sua reposição será feita até 31 de dezembro do respetivo exercício económico.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

Os Vereadores André Coelho Lima e António Monteiro de Castro apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “A Camara Municipal de Guimarães encontra-se em regime de autosseguro há cerca de dois anos. Este sistema tem causado problemas diversos aos trabalhadores da Camara. Um desses problemas - não o único e nem sequer a pior - prende-se com a circunstância de ser exigido aos trabalhadores que suportem as consultas aos exames médicos a que tenham que ser presentes, sendo ressarcidos pelo Município em momento posterior. O que, como se sabe, causa desnecessários constrangimentos aos trabalhadores, na medida em que tal não sucede nas organizações que possuem seguro de acidentes de trabalho, ou que transferem para uma entidade seguradora essa responsabilidade. Ora, durante dois anos, tudo decorreu sem que os responsáveis políticos e técnicos da área de recursos humanos tivessem identificado este problema. Até que, na última reunião de Camara, os vereadores aqui subscritores apresentaram uma proposta para que *“Se proceda ao início imediato de um procedimento para abertura de concurso público que permita a transferência da responsabilidade*



*por acidentes de trabalho para uma entidade seguradora", proposta essa em cujos fundamentos se dizia que "a reparação por acidente de trabalho deve ser eficiente, eficaz e célere, sob pena de poder promover aumentos da taxa de absentismo". Esta proposta foi rejeitada com os votos contra dos vereadores eleitos pelo PS. Mas agora, duas semanas depois, parece que a mesma já produziu os seus efeitos. Diz a Camara, na pro posta que nos e presente, que "apesar de a Camara Municipal de Guimarães assegurar sempre o reembolso, no mais breve prazo possível, de todas as despesas necessárias à reparação do acidente, nesses específicos casos o trabalhador sinistrado tem de assumir o pagamento imediato junto do prestador ou fornecedor. Tendo em vista resolver essas situações, concluiu-se ser adequado a constituição de um fundo de maneo, uma vez que permite adiantar aos trabalhadores sinistrados os montantes necessários ao pagamento das despesas hospitalares, exames médicos, tratamentos de fisioterapia ou medicamentos". Assim e como não poderia deixar de ser, o voto dos vereadores PSD-CDS será **favorável**, porque coerente com a postura que desde início apresentaram nesta matéria. O que é acompanhado de uma natural manifestação de júbilo par termos conseguido fazer despertar os responsáveis políticos da Camara Municipal, nomeadamente a Presidente de Camara, para uma realidade que, pelos vistos, desconheciam, e que agora pretendem, ainda que parcialmente, reparar." -----*

RELATÓRIO E CONTAS – RELATÓRIO E CONTAS DE 2016 –

Presente o Relatório e Contas da Câmara Municipal relativo ao ano de 2016, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA**

MUNICIPAL. Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira. Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima e António Monteiro de Castro. Absteve-se o Vereador José Torcato Ribeiro. -----

DOCUMENTOS PREVISIONAIS – REVISÃO ORÇAMENTAL –

Presente a seguinte proposta: “Na sequência das informações em anexo, torna-se necessário proceder a uma revisão orçamental nos seguintes termos: RUBRICAS ORÇAMENTAIS DE RECEITA - Inscrição/reforço no valor total de €31.485.245,00 das seguintes rubricas orçamentais: -----

Designação	Rubrica	Valor
Saldo gerência anterior	16.01.01	30.448.126,00
Taxas multas e outras penalidades - multas e outras penalidades - juros compensatórios	04.02.02	1.000,00
Ativos financeiros - empréstimos a médio e longo prazo - sociedades e quase-sociedades não financeiras	11.06.01	10.000,00
Taxas multas e outras penalidades - multas e outras penalidades - juros de mora	04.02.01	1.026.119,00

RUBRICAS ORÇAMENTAIS DE DESPESA - Reforço/inscrição no valor total de €31.485.245,00 das seguintes rubricas orçamentais: -----

Designação	Rubrica	Valor
Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros serviços	03-020225	490.000,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - encargos de instalações	07-020201	196.000,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - encargos de instalações	02-020201	200.000,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - encargos de cobrança de receitas	0103-020224	400.000,00
Outras despesas correntes - diversas - outras - restituições	0103-06020301	200.000,00
Outras despesas correntes - diversas - outras - IVA pago	02-06020302	425.000,00
Transferências correntes- Instituições sem fins lucrativos- Instituições sem fins lucrativos	01.03-040701	50.000,00
Aquisição de maquinaria e equipamento Aquisição de bens de capital - investimentos - equipamento básico - outro	Plano Plurianual de Investimentos 1.1.1.02 0103-07011002	200.000,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - locação de edifícios	11-020204	32.400,00
Aquisição de Terrenos Aquisição de bens de capital - investimentos - terrenos	Plano Plurianual de Investimentos 2.4.2.04 11- 070101	200.000,00
Aquisição de Terrenos Aquisição de bens de capital - bens de domínio público - terrenos e recursos naturais	Plano Plurianual de Investimentos 2.4.2.04 11-	570.000,00



Designação	Rubrica	Valor
	070301	
Outras Aquisição de Edifícios Aquisição de bens de capital - investimentos - edifícios - outros	Plano Plurianual de Investimentos 1.1.1.20 11- 07010307	2.431.000,00
Elaboração e edição de publicação/monografia - Biografias Vimaraneses Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros trabalhos especializados	Plano de Atividades Municipais 2.5.1.1704 10-020220	4.400,00
Restauro de documentos Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros trabalhos especializados	Plano de Atividades Municipais 2.5.1.1712 10-020220	10.000,00
Congresso Internacional Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros serviços	Plano de Atividades Municipais 2.5.1.1713 10-020225	40.000,00
Apoio às associações Transferências correntes - instituições sem fins lucrativos - instituições sem fins lucrativos	Plano de Atividades Municipais 2.5.2.3201 09-040701	100.000,00
Meia Maratona de Guimarães 2017 de bens e serviços - aquisição de serviços - outros serviços	Aquisição Plano de Atividades Municipais 2.5.2.3307 09-020225	50.000,00
Rally de Portugal Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros serviços	Plano de Atividades Municipais 2.5.2.3309 09-020225	65.000,00
Equipamentos de animação nos parques de lazer de bens de capital - investimentos - equipamento básico - outro	Aquisição Plano Plurianual de Investimentos 2.5.2.24 09- 07011002	12.000,00
Parques infantis Aquisição de bens de capital - investimentos - equipamento básico - outro	Plano Plurianual de Investimentos 2.5.2.51 09- 07011002	100.000,00
Programa de atividades de enriquecimento curricular Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros trabalhos especializados	Plano de Atividades Municipais 2.1.1.2.5802 07-020220	9.980,00
Atividades de animação e apoio à família de bens e serviços - aquisição de serviços - outros trabalhos especializados	Aquisição Plano de Atividades Municipais 2.1.2.59 07- 020220	138.140,00
Projetos educativos Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros trabalhos especializados	Plano de Atividades Municipais 2.1.1.2.5801 07-020220	91.000,00
Mobiliário, equipamento e material didático de bens de capital - investimentos - equipamento básico - outro	Aquisição Plano de Plurianual de Investimentos 2.1.1.2.01 07-07011002	100.000,00
Aquisição de fundos bibliográficos e audiovisuais de bens de capital - investimentos - equipamento básico - outro	Aquisição Plano de Plurianual de Investimentos 2.5.1.01 13- 07011002	20.000,00
Modernização administrativa Aquisição de bens de capital - investimentos - equipamento de informática	Plano de Plurianual de Investimentos 1.1.1.06 02- 070107	645.690,00
Modernização administrativa Aquisição de bens de capital - investimentos - software informático	Plano de Plurianual de Investimentos 1.1.1.06 02- 070108	219.790,00
Material informático para as escolas Aquisição de bens de capital - investimentos - equipamento de informática	Plano de Plurianual de Investimentos 2.1.1.2.04 02-070107	98.400,00
Obras de Raiz Transferências de capital - instituições sem fins lucrativos - instituições sem fins lucrativos	Plano de Atividades Municipais 2.5.2.0301 09-080701	800.000,00

Designação	Rubrica	Valor
Equipamento Transferências de capital - Administração local - Continente - Freguesias	Plano de Atividades Municipais 2.5.2.0302 09-08050102	40.000,00
Protocolos para a descentralização de competências Transferências de capital - Administração local - Continente - Freguesias	Plano de Atividades Municipais 4.2.3.12 03- 08050102	1.500.000,00
Atribuição de subsídios às Freguesias de capital - Administração local - Continente - Freguesias	Transferências Plano de Atividades Municipais 4.2.3.13 03- 08050102	1.200.000,00
Edifícios Municipais Aquisição de bens de capital - investimentos - edifícios - outros	Plano Plurianual de Investimentos 1.1.1.19 03- 07010307	100.000,00
Conservação de edifícios escolares Aquisição de bens de capital - investimentos - edifícios - escolas	Plano Plurianual de Investimentos 2.1.1.2.02 03- 07010305	200.000,00
Requalificação da EB1 de Vermis Moreira de Cónegos de bens de capital - investimentos - edifícios - escolas	Aquisição Plano Plurianual de Investimentos 2.1.1.2.66 03- 07010305	200.000,00
Requalificação da EB1 Casais Brito Aquisição de bens de capital - investimentos - edifícios - escolas	Plano Plurianual de Investimentos 2.1.1.2.74 03- 07010305	150.000,00
Requalificação do edifício Jordão e garagem avenida para a Escola de Música e Artes Performativas e Visuais Aquisição de bens de capital - investimentos - edifícios - outros	Plano Plurianual de Investimentos 2.1.3.07 03- 07010307	400.000,00
Adaptação da fábrica Freitas & Fernandes para a Universidade das Nações Unidas e Agência para a Modernização Administrativa Aquisição de bens de capital - investimentos - edifícios - outros	Plano Plurianual de Investimentos 2.1.3.10 03- 07010307	250.000,00
Escola Hotel / IPCA Aquisição de bens de capital - investimentos - edifícios - outros	Plano Plurianual de Investimentos 2.1.3.11 03- 07010307	900.000,00
Requalificação do Edifício do Parque da Cidade de bens de capital - investimentos - habitações - reparação e beneficiação	Aquisição Plano Plurianual de Investimentos 2.4.1.09 03- 07010203	50.000,00
Parque de estacionamento de Camões Aquisição de bens de capital - investimentos - construções diversas - outros	Plano Plurianual de Investimentos 3.3.1.4.07 03- 07010413	3.000.000,00
Requalificação Avenida da República/ Espaço central das Taipas Aquisição de bens de capital - bens de domínio público - outras construções e infraestruturas - viadutos, arruamentos e obras complementares	Plano Plurianual de Investimentos 2.4.2.22 03- 07030301	500.000,00
Fornos Cruz Pedra Aquisição de bens de capital - investimentos - edifícios - outros	Plano Plurianual de Investimentos 2.5.1.3407 03- 07010307	300.000,00
Torre da Alfândega - requalificação estrutural de bens de capital - investimentos - edifícios - outros	Aquisição Plano Plurianual de Investimentos 2.5.1.4401 03-07010307	400.000,00
Muralha- percurso pedonal no Adarve de bens de capital - bens de domínio público - bens de património histórico, artístico e cultural	Aquisição Plano Plurianual de Investimentos 2.5.1.4402 03- 070305	300.000,00
Requalificação e beneficiação de Pavilhões de bens de capital - investimentos - edifícios - instalações desportivas e recreativas	Aquisição Plano Plurianual de Investimentos 2.5.2.12 03- 07010302	200.000,00
Complexo Piscinas Aquisição de bens de capital - investimentos - edifícios - instalações desportivas e recreativas	Plano Plurianual de Investimentos 2.5.2.47 03- 07010302	410.000,00
Laboratório Paisagem/Incubadora de empresas de base agrícola e alimentar Aquisição de bens de capital - investimentos - edifícios - outros	Plano Plurianual de Investimentos	200.000,00



Designação	Rubrica	Valor
	3.1.1.01 03-07010307	
Projeto/Auditoria Aquisição de bens de capital - investimentos - investimentos incorpóreos	Plano Plurianual de Investimentos 3.2.2.0301 03-070113	100.000,00
Apoio à eficiência energética em Habitações Sociais de bens de capital - investimentos - investimentos incorpóreos	Aquisição Plano Plurianual de Investimentos 3.2.2.06 03-070113	500.000,00
Grandes Reparações em vias municipais Aquisição de bens de capital - bens de domínio público - outras construções e infraestruturas - viadutos, arruamentos e obras complementares	Plano Plurianual de Investimentos 3.3.1.1.03 03-07030301	4.100.000,00
Conservação e obras imprevistas na zona urbana de bens de capital - bens de domínio público - outras construções e infraestruturas - viadutos, arruamentos e obras complementares	Aquisição Plano Plurianual de Investimentos 3.3.1.1.01 03-07030301	300.000,00
Conservação e obras imprevistas na zona rural de bens de capital - bens de domínio público - outras construções e infraestruturas - viação rural	Aquisição Plano Plurianual de Investimentos 3.3.1.1.02 03-07030308	200.000,00
Desnivelamento da rotunda Silvares de acesso à auto estrada EP Aquisição de bens de capital - bens de domínio público - outras construções e infraestruturas - viadutos, arruamentos e obras complementares	Plano Plurianual de Investimentos 3.3.1.1.06 03-07030301	100.000,00
Mobilidade Condicionada Aquisição de bens de capital - bens de domínio público - outras construções e infraestruturas - viadutos, arruamentos e obras complementares	Plano Plurianual de Investimentos 3.3.1.1.36 03-07030301	70.000,00
Rua Arqueólogo Mário Cardoso de bens de capital - bens de domínio público - outras construções e infraestruturas - viadutos, arruamentos e obras complementares	Aquisição Plano Plurianual de Investimentos 3.3.1.1.40 03-07030301	100.000,00
Rua D. João I e adjacentes Aquisição de bens de capital - bens de domínio público - outras construções e infraestruturas - viadutos, arruamentos e obras complementares	Plano Plurianual de Investimentos 3.3.1.1.43 03-07030301	150.000,00
Rua das Lameira e adjacentes de bens de capital - bens de domínio público - outras construções e infraestruturas - viadutos, arruamentos e obras complementares	Aquisição Plano Plurianual de Investimentos 3.3.1.1.44 03-07030301	150.000,00
Rua Francisco Agra Aquisição de bens de capital - bens de domínio público - outras construções e infraestruturas - viadutos, arruamentos e obras complementares	Plano Plurianual de Investimentos 3.3.1.1.45 03-07030301	150.000,00
Requalificação da rua 24 de Junho-Aldão Aquisição de bens de capital - bens de domínio público - outras construções e infraestruturas - viadutos, arruamentos e obras complementares	Plano Plurianual de Investimentos 3.3.1.1.56 03-07030301	200.000,00
Requalificação da envolvente à Capela de Stª Luzia e via alternativa ao arruamento existente - Airão Santa Maria Aquisição de bens de capital - bens de domínio público - outras construções e infraestruturas - viadutos, arruamentos e obras complementares	Plano Plurianual de Investimentos 3.3.1.1.59 03-07030301	100.000,00
Prolongamento da requalificação da rua da Maina até ao recinto desportivo - Urgeses Aquisição de bens de capital - bens de domínio público - outras construções e infraestruturas - viadutos, arruamentos e obras complementares	Plano Plurianual de Investimentos 3.3.1.1.64 03-07030301	350.000,00
Via dedicada ao Avepark/Caldas das Taipas Aquisição de bens de capital - bens de domínio público - outras construções e infraestruturas - viadutos, arruamentos e obras complementares	Plano Plurianual de Investimentos 3.3.1.1.67 03-07030301	250.000,00
Variante da rotunda de Mouril à rotunda do Pinheiro Manso Aquisição de bens de capital - bens de domínio público - outras construções e infraestruturas - viadutos, arruamentos e obras complementares	Plano Plurianual de Investimentos 3.3.1.1.75 03-07030301	900.000,00
Aquisição de viaturas Aquisição de bens de capital - investimentos - material de transporte - outro	Plano Plurianual de Investimentos 1.1.1.01 0103-07010602	530.000,00
Proteção Civil e luta contra incêndios - Equipamento Aquisição de bens de capital - investimentos - equipamento básico - outro	Plano Plurianual de Investimentos 1.2.1.03 05-07011002	10.000,00

Designação	Rubrica	Valor
Criação de novos parques e jardins de bens de capital - bens de domínio público - outras construções e infraestruturas - parques e jardins	Aquisição Plano Plurianual de Investimentos 2.4.6.01 05-07030305	20.000,00
Arborização Aquisição de bens de capital - investimentos - terrenos	Plano Plurianual de Investimentos 2.4.6.09 05-070101	20.000,00
Plano municipal de emergência Aquisição de bens de capital - investimentos - investimentos incorpóreos	Plano Plurianual de Investimentos 1.2.1.07 05-070113	20.000,00
Laboratório da Paisagem de bens de capital - investimentos - equipamento básico - outro	Aquisição Plano Plurianual de Investimentos 2.4.6.27 05-07011002	25.000,00
Plano municipal da qualidade do ar Aquisição de bens de capital - investimentos - investimentos incorpóreos	Plano Plurianual de Investimentos 2.4.6.34 04-070113	50.000,00
Abrigos de passageiros e balizadores Aquisição de bens de capital - investimentos - equipamento básico - outro	Plano Plurianual de Investimentos 3.3.1.2.03 05-07011002	20.000,00
Grandes reparações manutenção de equipamentos e parque automóvel Aquisição de bens de capital - investimentos - material de transporte - outro	Plano Plurianual de Investimentos 3.3.1.2.04 05-07010602	50.000,00
Aquisições de equipamentos de bens de capital - investimentos - equipamento básico - outro	Aquisição Plano Plurianual de Investimentos 3.3.1.2.05 05-07011002	20.000,00
Serviço de Proteção Civil Transferências correntes - instituições sem fins lucrativos - instituições sem fins lucrativos	Plano de Atividades Municipais 1.2.1.11 05-040701	100.000,00
Campanhas de sensibilização e divulgação na proteção do ambiente Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros serviços	Plano de Atividades Municipais 2.4.6.3101 05-020225	40.000,00
Projeto Rios - APEA de bens e serviços - aquisição de serviços - outros serviços	Aquisição Plano de Atividades Municipais 2.4.6.3102 05-020225	10.000,00
Semana europeia do ambiente e bienal de arte e paisagem Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros serviços	Plano de Atividades Municipais 2.4.6.3103 05-020225	100.000,00
Observatório de aves Transferências correntes - instituições sem fins lucrativos - instituições sem fins lucrativos	Plano de Atividades Municipais 2.4.6.3104 05-040701	50.000,00
Capital verde europeia Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros serviços	Plano de Atividades Municipais 2.4.6.3106 05-020225	50.000,00
Apoio a projetos de I&D para o ambiente e desenvolvimento sustentável Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros trabalhos especializados	Plano de Atividades Municipais 2.4.6.3107 05-020220	60.000,00
PEGADAS - Programa de educação ambiental Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros serviços	Plano de Atividades Municipais 2.4.6.3105 05-020225	10.000,00
Cinema em noites de verão Transferências correntes - instituições sem fins lucrativos - instituições sem fins lucrativos	Plano de Atividades Municipais 2.5.1.1601 09-040701	5.000,00
Subsídios no âmbito do RMECARH Transferências correntes - instituições sem fins lucrativos - instituições sem fins lucrativos	Plano de Atividades Municipais 2.5.1.1610 09-040701	75.000,00
Sociedade Martins Sarmiento Transferências correntes - instituições sem fins lucrativos - instituições sem fins	Plano de Atividades Municipais	30.000,00



CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES

ATA Nº 7 Fls. _____
REUNIÃO ORDINÁRIA DE 30 DE MARÇO DE 2017

Designação	Rubrica	Valor
lucrativos	2.5.1.1611 09-040701	
Programação cultural de Páscoa Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros serviços	Plano de Atividades Municipais 2.5.1.1902 09-020225	45.000,00
Programação cultural de Verão Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros serviços	Plano de Atividades Municipais 2.5.1.1909 09-020225	250.000,00
Programação cultural de Natal / Passagem de Ano Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros serviços	Plano de Atividades Municipais 2.5.1.1922 09-020225	50.000,00
Edições Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros trabalhos especializados	Plano de Atividades Municipais 2.5.1.1920 09-020220	15.000,00
Orquestra de Guimarães / Quarteto de Cordas Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros serviços	Plano de Atividades Municipais 2.5.1.1921 09-020225	75.000,00
Comemorações do 25 de Abril Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - publicidade	Plano de Atividades Municipais 2.5.1.1903 09- 020217	8.000,00
Comemorações do 24 de Junho de bens e serviços - aquisição de serviços - outros serviços Aquisição	Plano de Atividades Municipais 2.5.1.1904 09-020225	23.850,00
Comemorações da classificação património mundial Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros serviços	Plano de Atividades Municipais 2.5.1.1905 09-020225	11.150,00
Atividades culturais regulares Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros serviços	Plano de Atividades Municipais 2.5.1.1915 09-020225	125.000,00
Transferências correntes - sociedades e quase-sociedades não financeiras - públicas - outras	09-04010102	920.000,00
Atividades culturais desenvolvidas em parceria Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros serviços	Plano de Atividades Municipais 2.5.1.39 09-020225	23.945,00
Ações de comunicação de bens e serviços - aquisição de serviços - outros trabalhos especializados Aquisição	Plano de Atividades Municipais 2.5.1.1917 09-020220	100.000,00
Parlamento Jovem europeu Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros serviços	Plano de Atividades Municipais 2.5.1.1918 09- 020225	1.500,00
Guimarães no Ponto de bens e serviços - aquisição de serviços - outros serviços Aquisição	Plano de Atividades Municipais 2.5.1.1923 09- 020225	80.000,00
Festa do Emigrante de bens e serviços - aquisição de serviços - outros serviços Aquisição	Plano de Atividades Municipais 2.5.1.1924 09- 020225	50.000,00
Bienal de Ilustração de Guimarães Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros serviços	Plano de Atividades Municipais 2.5.1.1925 09- 020225	50.000,00
Valorização do Património Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros trabalhos especializados	Plano de Atividades Municipais 2.5.1.42 09- 020220	85.000,00
Aquisição de maquinaria e equipamentos - Cultura Aquisição de bens de capital - investimentos - outros investimentos	Plano Plurianual de Investimentos 2.5.1.02 09- 070115	30.000,00
Auditório da U.M. (protocolo) Aquisição de bens de capital - investimentos - outros investimentos	Plano Plurianual de Investimentos	3.000,00

Designação	Rubrica	Valor
	2.5.1.03 09-070115	
Aquisição de obras de arte Aquisição de bens de capital - investimentos - outros investimentos	Plano Plurianual de Investimentos 2.5.1.15 0103-070115	5.000,00
Espaços culturais nas freguesias Aquisição de bens de capital - investimentos - equipamento básico - outro	Plano Plurianual de Investimentos 2.5.1.43 09-07011002	135.000,00
Parque de Campismo da Penha Aquisição de bens de capital - investimentos - equipamento básico - outro	Plano Plurianual de Investimentos 3.4.2.01 03-07011002	170.000,00
Hereditas - Base de dados do património de Guimarães Aquisição de bens de capital - investimentos - investimentos incorpóreos	Plano Plurianual de Investimentos 2.5.1.4403 09-070113	115.000,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros serviços	03-020225	170.000,00
Projetos e Programas Transferências correntes - Administração local - Continente - Freguesias	Plano de Atividades Municipais 2.3.2.0501 08-04050102	55.000,00
Apoio a pessoas de estratos sociais desfavorecidos Transferências correntes - famílias - outras - outras	Plano de Atividades Municipais 2.3.2.0901 08-04080202	35.000,00
Benefícios para transportes Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - transportes	Plano de Atividades Municipais 2.3.2.0902 08-020210	65.000,00
Atribuição de subsídios - equipamento Transferências de capital - instituições sem fins lucrativos - instituições sem fins lucrativos	Plano de Atividades Municipais 2.3.2.1001 08-080701	167.000,00
Atribuição de subsídios - despesas correntes Transferências correntes - instituições sem fins lucrativos - instituições sem fins lucrativos	Plano de Atividades Municipais 2.3.2.1002 08-040701	503.000,00
Atribuição de subsídios - obras de raiz Transferências de capital - instituições sem fins lucrativos - instituições sem fins lucrativos	Plano de Atividades Municipais 2.3.2.1003 08-080701	405.000,00
Gestão de equipamentos e atividades sociais Subsídios - sociedades e quase sociedades não financeiras - públicas - outras	Plano de Atividades Municipais 2.3.2.11 08-05010102	500.000,00

A aprovação desta revisão é da competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos da alínea a) do nº1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.” **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira. Absteram-se os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e José Torcato Ribeiro. -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA EM MINUTA. -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----



De seguida, o Presidente da Câmara deu a palavra aos cidadãos que se inscreveram para intervir no final da reunião, tendo-se apresentado a cidadã **Camila Pinto Leite**, moradora na rua 24 de junho, casa 401, que lamentou os incómodos causados pela ETAR de Serzedo, designadamente o barulho durante a noite e os maus cheiros que se sentem; **b)** - Disse viver junto de uma estrada pavimentada em paralelo, solicitando a sua pavimentação em alcatrão; **c)** - Alertou para um problema de escoamento de águas residuais junto da garagem da sua habitação, bem como para a poluição que naquela zona se verifica no Rio Vizela. -----

Sobre as intervenções, o Presidente da Câmara esclareceu: **a)** - Sobre a ETAR de Serzedo disse que fará chegar essa preocupação ao Conselho de Administração da Águas do Norte e ao Ministro do Ambiente. **b)** - Relativamente ao problema de escoamento de águas residuais junto da garagem da habitação da munícipe disse que o Presidente da União de Freguesia tomará boa nota da situação e atuará em conformidade; **c)** - Sobre a poluição do Rio Vizela, disse que os Municípios do Guimarães, Vizela, Fafe e Felgueiras estavam a promover uma ação conjunta para proteção daquela linha de água. -----

O Presidente de Câmara informou que a próxima reunião de Câmara descentralizada se realizará na União das Freguesias de Sande Vila Nova e Sande S. Clemente. -----

PELAS ONZE HORAS E TRINTA MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----